

Sumário

1	Contexto operacional.....	16
2	Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	18
3	Principais práticas contábeis	21
4	Disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos.....	23
5	Contas a receber	32
6	Investimentos	34
7	Imobilizado	36
8	Intangível.....	38
9	Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	43
10	Outras obrigações	47
11	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, ativos e passivos contingentes, depósitos judiciais e outras	48
12	Patrimônio líquido.....	54
13	Transações com partes relacionadas	57
14	Garantia das operações	60
15	Benefícios a empregados.....	65
16	Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	67
17	Receitas e tributos sobre receitas.....	70
18	Despesas diversas	73
19	Resultado financeiro.....	73
20	Informações sobre segmentos de negócios.....	74
21	Outras informações	75
22	Eventos subsequentes	76

1 Contexto operacional

A B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) é uma sociedade por ações de capital aberto com sede na cidade de São Paulo.

A B3 tem como objeto social exercer ou participar em sociedades que exerçam as seguintes atividades:

- Administração de mercados organizados de títulos e valores mobiliários, zelando pela organização, funcionamento e desenvolvimento de mercados livres e abertos para a negociação de quaisquer espécies de títulos ou contratos que possuam como referência ou tenham por objeto ativos financeiros, índices, indicadores, taxas, mercadorias, moedas, energias, transportes, commodities e outros bens ou direitos relacionados ou não a tais ativos, nas modalidades à vista ou de liquidação futura;
- Manutenção de ambientes ou sistemas adequados à realização de negócios de compras e vendas, leilões e operações envolvendo valores mobiliários, títulos, direitos e ativos financeiros ou não, no mercado de bolsa e no mercado de balcão organizado;
- Prestação de serviços de registro, compensação e liquidação, física e financeira, por meio de órgão interno ou sociedade especialmente constituída para esse fim, assumindo ou não a posição de contraparte central e garantidora da liquidação definitiva, nos termos da legislação vigente e de seus próprios regulamentos, incluindo, mas não se limitando a: (a) das operações realizadas e/ou registradas em quaisquer dos ambientes ou sistemas relacionadas nos itens acima; ou (b) das operações realizadas ou registradas em outras bolsas, mercados ou sistemas de negociação;
- Prestação de serviços de depositária centralizada ou não, e de custódia fungível e infungível de mercadorias, de títulos e valores mobiliários e de quaisquer outros ativos;
- Prestação de serviços de padronização, classificação, análises, cotações, estatísticas, formação profissional, realização de estudos, publicações, informações, biblioteca e software sobre assuntos que interessem à B3 e aos participantes dos mercados por ela direta ou indiretamente administrados;
- Prestação de suporte técnico, administrativo e gerencial para fins de desenvolvimento de mercado, incluindo, mas não se limitando a, serviços auxiliares a análises de clientes e procedimentos de prevenção à lavagem de dinheiro;
- Exercício de atividades educacionais, promocionais e editoriais relacionadas ao seu objeto social e aos mercados por ela administrados;
- Prestação de serviços de registro de ônus e gravames sobre valores mobiliários, títulos, ativos, financeiros ou não, e outros instrumentos financeiros, inclusive de registro de instrumentos de constituição de garantia, nos termos da regulamentação aplicável;
- Prestação de serviços associados ao suporte a operações de crédito, financiamento e arrendamento mercantil, inclusive de serviços de dados e desenvolvimento e operação de sistemas de tecnologia da informação e de processamento de dados, envolvendo, dentre outros, o segmento de veículos automotores e o setor imobiliário, nos termos da regulamentação aplicável;

- Prestação de serviços associados ao mercado de seguros, inclusive de serviços de dados e desenvolvimento e operação de sistemas de tecnologia da informação e de processamento de dados, nos termos da regulamentação aplicável;
- Constituição de banco de dados e atividades correlatas, incluindo processamento e inteligência de dados;
- Exercício de outras atividades autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários ou pelo Banco Central do Brasil, que, na visão do Conselho de Administração da B3, sejam do interesse de participantes dos mercados administrados pela B3 e contribuam para o seu desenvolvimento e sua hígidez; e
- Participação no capital de outras sociedades ou associações, sediadas no país ou no exterior, seja na qualidade de sócia, acionista ou associada, na posição de acionista controladora ou não, e que tenham como foco principal de suas atividades as expressamente mencionadas em seu Estatuto Social, ou que, na visão do Conselho de Administração da B3, sejam do interesse de participantes dos mercados administrados pela B3 e contribuam para o seu desenvolvimento e sua hígidez.

Concomitantemente, a B3:

- Organiza, desenvolve e provê o funcionamento de mercados livres e abertos de títulos e valores mobiliários, nas modalidades a vista e de liquidação futura. Suas atividades estão organizadas por meio de seus sistemas de negociação e de suas clearings e abrangem operações com títulos e valores mobiliários, mercado interbancário de câmbio e títulos custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic);
- Administra mercados de balcão organizados, ou seja, ambientes de negociação e registro de valores mobiliários, títulos públicos e privados de renda fixa e derivativos de balcão. É uma câmara de compensação e liquidação sistemicamente importante, nos termos definidos pela legislação do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB (Lei nº 10.214), que efetua a custódia escritural de ativos e contratos, registra operações realizadas no mercado de balcão, processa a liquidação financeira e oferece ao mercado uma plataforma eletrônica para a realização de diversos tipos de operações online, tais como leilões e negociação de títulos públicos, privados e valores mobiliários de renda fixa;
- Desenvolve soluções tecnológicas e mantém sistemas de alta performance, visando proporcionar aos seus clientes segurança, rapidez, inovação e eficiência de custos. O sucesso de suas atividades depende da melhoria e do aperfeiçoamento contínuo e integração de suas plataformas de negociação e liquidação e de sua capacidade de desenvolver e licenciar tecnologias de ponta necessárias ao bom desempenho de suas funções; e
- Prove informações de inserções e baixas de restrições financeiras relacionadas a operações de financiamentos de veículos, com sistema eletrônico integrado e de abrangência nacional, fornecendo infraestrutura crítica ao mercado de financiamento de veículos.

Por fim, a B3 busca sempre expandir seu portfólio de produtos e assim estreitar o relacionamento e oferecer soluções mais completas para seus clientes. Dessa forma, e tendo em vista o seu objeto social, a B3 realizou aquisições ao longo de 2020, conforme descrito abaixo:

- Em 30 de janeiro de 2020, a B3 constituiu uma subsidiária integral nos Estados Unidos da América, denominada B3 S.A. USA Chicago LLC (USA Chicago) com o intuito de representar a B3 e disseminar informações sobre o mercado brasileiro no exterior mediante o relacionamento com outras bolsas e agentes reguladores.
- Em 19 de junho de 2020, a B3 concluiu a aquisição de 100% da Central de Exposição a Derivativos (CED), após a assinatura do contrato e o cumprimento das condições prévias estabelecidas na transação com a Febraban, anteriormente responsável pela operação da CED. Criada em 2010 em uma iniciativa conjunta de participantes e reguladores como uma resposta aos problemas detectados na crise dos derivativos cambiais de 2008, a CED atende o mercado bancário de derivativos brasileiro, gerando relatórios consolidados das exposições a derivativos de clientes de instituições financeiras.
- Em 29 de setembro de 2020, a B3 concluiu a aquisição dos 25% de participação remanescente, passando, por conseguinte, a ser a única acionista da BLK.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da B3 em 04 de março de 2021.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da B3 estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras, conforme Orientação Técnica OCPC 07.

a. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e suas interpretações técnicas (ICPC) e orientações (OCPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos da B3, das empresas controladas e das entidades de propósito específico, representadas por fundos de investimento conforme demonstrado a seguir:

B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Sociedades e entidades controladas diretas	Participação %	
	2020	2019
Banco B3 S.A. (Banco B3)	100,00	100,00
Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ)	86,95	86,95
B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão UK Ltd. (UK Ltd.)	100,00	100,00
BM&FBOVESPA BRV LLC (BRV LLC)	100,00	100,00
B3 Inova USA LLC (B3 Inova)	100,00	100,00
CETIP Info Tecnologia S.A. (CETIP Info)	100,00	100,00
CETIP Lux S.à.r.l. (CETIP Lux)	100,00	100,00
Portal de Documentos S.A. (Portal de Documentos)	100,00	100,00
BLK Sistemas Financeiros Ltda. (BLK)	100,00	75,00
Central de Exposição a Derivativos (CED)	100,00	-
B3 S.A. USA Chicago LLC (USA Chicago)	100,00	-

Fundos de investimento exclusivos

BB Pau Brasil Fundo de Investimento Renda Fixa (BB Pau Brasil FI RF)

Imbuia FI Renda Fixa Referenciado DI (Imbuia FI RF DI)

Fundo de Investimento Jacarandá Renda Fixa (Jacarandá RF)

Com o intuito de atender aos clientes e às especificidades de seu mercado de atuação, por meio de sua subsidiária integral, Banco B3, é oferecido aos detentores de direitos de acesso e às suas clearings a centralização da custódia dos ativos depositados como margem de garantia das operações.

A subsidiária UK Ltd., localizada na cidade de Londres, têm como objetivo representar a B3 no exterior, mediante o relacionamento com outras bolsas e agentes reguladores e auxiliar a prospecção de novos clientes para o mercado.

A BRV LLC é co-titular, junto com a B3, de todos os direitos de propriedade intelectual relacionados ao módulo de ações da plataforma de negociação PUMA Trading System, e a quaisquer outros módulos conjuntamente desenvolvidos pelas partes, cuja titularidade seja atribuída à B3. Por ter função primordialmente subsidiária e de resguardo de direitos, não há previsão de que tal entidade, de propósito específico, tenha atividades operacionais.

A B3 Inova, sediada na cidade de Wilmington, USA, tem por objeto social o investimento de capital em sociedades ou empresas estabelecidas sob qualquer forma.

A CETIP Info é uma sociedade por ações sediada em Barueri, Estado de São Paulo que tem por objeto social a prestação de serviços de processamento de dados e gerenciamento de sistemas de informática, a assessoria e representação comercial por conta própria e de terceiros, a intermediação de negócios em geral, exceto na área imobiliária, e a participação no capital de outras empresas, do mesmo ramo de atividades ou não.

A CETIP Lux, sediada em Luxemburgo, tem por objeto social a aquisição de participações no capital de quaisquer sociedades ou empresas estabelecidas sob qualquer forma e a captação de recursos financeiros.

O Portal de Documentos é uma sociedade por ações sediada em Barueri, Estado de São Paulo que tem por objeto social apresentar soluções para clientes de serviços notariais, aumentando a eficiência de tais serviços por meio da prestação dos seguintes serviços: (i) integração e registro de documentos eletrônicos para fins de autenticação dos documentos; (ii) envio e confirmação de abertura de e-mails; (iii) suporte técnico, manutenção e outros serviços de tecnologia da informação; (iv) produção de documentos eletrônicos com valor jurídico; (v) despachantes de documentos; e (vi) cobrança e recuperação de crédito.

A BLK é uma sociedade limitada sediada em São Paulo, Estado de São Paulo que tem por objeto social a elaboração de programas de computadores (softwares), licenciamento ou cessão de direitos de uso de programas de computação, suporte técnico em informática, treinamento na área de informática, atividades de prestação de serviços de informação, locação de espaço em website e participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.

A CED é uma empresa, sediada em São Paulo, Estado de São Paulo, que tem por objeto social oferecer ao mercado de capitais transparência sobre as posições de derivativos contratados no Brasil, permitindo uma avaliação mais precisa das instituições financeiras na concessão de crédito para as empresas nesse tipo de operação.

A USA Chicago, sediada na cidade de Delaware, USA, têm como objetivo representar a B3 no exterior, mediante o relacionamento com outras bolsas e agentes reguladores.

b. Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais (B3) foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei 6.404/76 com alterações da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, aprovados pela CVM.

c. Moeda funcional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da B3.

d. Combinação de negócios

Central de Exposição a Derivativos (CED)

A B3 adquiriu em 1º de junho de 2020 a CED. O valor justo da contraprestação foi de R\$5.331, pagos integralmente e em dinheiro à vista. A alocação do valor pago se baseou em uma avaliação preliminar do valor justo dos ativos líquidos adquiridos da CED e encontra-se em revisão pela Administração. Os valores alocados e o ágio gerado na operação não são relevantes. A B3 espera concluir estes estudos nos próximos meses.

Fundada em 2010 em uma iniciativa conjunta de participantes e reguladores como uma resposta aos problemas detectados na crise dos derivativos cambiais de 2008, a CED é uma empresa que oferece ao mercado de capitais transparência sobre as posições de derivativos contratados no Brasil, permitindo

uma avaliação mais precisa das instituições financeiras na concessão de crédito para as empresas nesse tipo de operação.

3 Principais práticas contábeis

Para uma melhor compreensão na leitura das demonstrações financeiras, a partir de 2020, as principais práticas contábeis passaram a estar descritas nas respectivas notas explicativas, exceto as práticas abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As práticas contábeis foram adotadas de forma consistente para os exercícios apresentados e anteriores.

a. Despesas antecipadas

Representadas por contratos firmados com fornecedores decorrentes de diversas prestações de serviços pagas antecipadamente. As despesas são apropriadas para o resultado em função do prazo de cada contrato e à medida que os serviços são recebidos.

b. Ativo não circulante mantido para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes ativos são avaliados anualmente pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

c. Outros ativos e passivos

São demonstrados pelos valores conhecidos e de realização/liquidação, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços.

d. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*, e havendo indícios de possível *impairment* são reavaliados em períodos menores. Os ativos que estão sujeitos à amortização, com vida útil definida, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

e. Conversão em moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do consolidado B3 são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da B3.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em Reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remunerados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no resultado abrangente originados de operações de *hedge* de investimento no exterior.

No caso de variação cambial de investimentos no exterior, que apresentam moeda funcional diferente da B3, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial", no resultado abrangente, e somente são levados ao resultado do período quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

f. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando o prazo de sua realização ou liquidação é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da B3). Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

g. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento no processo de aplicação das políticas contábeis da B3. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, são:

- Equivalência patrimonial - Nota 6(a)
- Redução ao valor recuperável de ativos - Notas 7 e 8
- Classificação e cálculo de valor justo de instrumentos financeiros - Nota 4
- Incentivo com base em instrumentos patrimoniais - Notas 15(a)
- Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, ativos e passivos contingentes - Nota 11
- Vida útil estimada do ativo imobilizado e intangível – Notas 7 e 8
- Parcelas futuras – Nota 10

4 Disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos**a. Disponibilidades****Prática contábil**

A B3 considera como saldos de caixa e equivalentes de caixa, para fins de demonstração dos fluxos de caixa, numerário em espécie e depósitos bancários.

Descrição	B3		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos conta movimento em moeda nacional	49.008	28.265	17.473	332
Bancos conta movimento em moeda estrangeira	222.067	109.615	387.304	239.647
Caixa e equivalentes de caixa	271.075	137.880	404.777	239.979
Bancos conta movimento em moeda estrangeira - Recursos de terceiros (1)	1.033.643	254.054	1.033.643	254.054
Total	1.304.718	391.934	1.438.420	494.033

(1) Recursos alocados por terceiros para garantir e liquidar as operações da Clearing B3 e da Clearing de Câmbio.

As disponibilidades são mantidas em instituições financeiras no Brasil ou no exterior com baixo risco de crédito. Os depósitos em moeda estrangeira são majoritariamente em dólares norte-americanos.

b. Aplicações financeiras**Prática contábil**

A B3 classifica e mensura seus ativos e passivos financeiros no momento inicial, de acordo com seu modelo de negócio e dos fluxos contratuais. As classificações são as seguintes:

Custo amortizado: São os ativos financeiros “não derivativos” designados pela B3 nessa categoria cuja finalidade do modelo de negócios seja manter os ativos para recebimento dos fluxos de caixa contratuais em datas específicas (principal e juros).

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: São os ativos financeiros “não derivativos” que são designados pela B3 nessa categoria cuja finalidade conforme o modelo de negócios adotado é a de receber os fluxos de caixa contratuais (principal e juros), e eventual alienação do ativo. Os juros são calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. A parcela correspondente à variação no valor justo é reconhecida no resultado abrangente líquida de impostos, sendo realizada contra o resultado quando da sua liquidação ou por redução em seu valor recuperável (*impairment*), exceto para os instrumentos patrimoniais.

A opção em designar instrumentos patrimoniais como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes é irrevogável. A parcela correspondente à variação no valor justo reconhecida no resultado abrangente não é transferida para o resultado quando da sua liquidação. Os proventos recebidos são reconhecidos no resultado.

Valor justo por meio do resultado: São ativos financeiros não classificados nas categorias anteriores em função do modelo de negócio adotado, ou ativos designados pela entidade, no reconhecimento inicial. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses instrumentos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

As aplicações financeiras por categoria, natureza e faixa de vencimento estão demonstradas a seguir:

Descrição dos ativos financeiros							B3	
	Sem vencimento	Até 3 meses	Acima de 3 meses e até 12 meses	Acima de 12 meses e até 5 anos	Acima de 5 anos	2020	2019	
Valor justo por meio do resultado								
Fundos de investimento financeiro (1)	12.139.602	-	-	-	-	12.139.602	7.354.480	
Títulos públicos federais								
Letras Financeiras do Tesouro	-	54	-	53	-	107	105	
Outras aplicações	32	-	-	-	-	32	20.459	
	12.139.634	54	-	53	-	12.139.741	7.375.044	
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes								
Títulos públicos federais								
Letras Financeiras do Tesouro	-	87.767	256.014	1.233.849	-	1.577.630	1.677.898	
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	513.580	-	513.580	112.962	
Notas do Tesouro Nacional	-	-	4.693	292.315	97.690	394.698	215.156	
Ações - Participação minoritária (4)	393.988	-	-	-	-	393.988	370.313	
	393.988	87.767	260.707	2.039.744	97.690	2.879.896	2.376.329	
Custo amortizado								
Títulos públicos federais								
Notas do Tesouro Nacional (5)	-	-	-	65.931	-	65.931	64.594	
	-	-	-	65.931	-	65.931	64.594	
Total	12.533.622	87.821	260.707	2.105.728	97.690	15.085.568	9.815.967	
Circulante						12.882.150	7.884.389	
Não circulante						2.203.418	1.931.578	

Descrição dos ativos financeiros							Consolidado
	Sem vencimento	Até 3 meses	Acima de 3 meses e até 12 meses	Acima de 12 meses e até 5 anos	Acima de 5 anos	2020	2019
Valor justo por meio do resultado							
Fundos de investimento financeiro (1)	9.469.463	-	-	-	-	9.469.463	5.725.250
Operações compromissadas (2)	-	1.229.714	913.801	58.032	9.681	2.211.228	963.674
Títulos públicos federais							
Letras Financeiras do Tesouro	-	68.230	126.243	1.037.098	367.139	1.598.710	1.385.988
Notas do Tesouro Nacional	-	393	-	-	-	393	-
Outras aplicações	38	-	-	-	-	38	20.463
	9.469.501	1.298.337	1.040.044	1.095.130	376.820	13.279.832	8.095.375
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes							
Títulos públicos federais							
Letras Financeiras do Tesouro	-	87.768	269.795	1.292.861	48.210	1.698.634	1.786.013
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	513.580	-	513.580	112.963
Notas do Tesouro Nacional	-	-	4.693	294.719	97.692	397.104	215.210
Outras aplicações (3)	53.261	-	-	-	-	53.261	25.080
Ações - Participação minoritária (4)	393.988	-	-	-	-	393.988	370.313
	447.249	87.768	274.488	2.101.160	145.902	3.056.567	2.509.579
Custo amortizado							
Títulos públicos federais							
Notas do Tesouro Nacional (5)	-	-	-	65.931	-	65.931	64.594
Certificados de depósito bancário	-	-	10.176	-	-	10.176	-
	-	-	10.176	65.931	-	76.107	64.594
Total	9.916.750	1.386.105	1.324.708	3.262.221	522.722	16.412.506	10.669.548
Circulante						14.003.987	8.631.578
Não circulante						2.408.519	2.037.970

- (1) Fundos de investimento compostos majoritariamente por aplicações em títulos públicos federais indexados à taxa Selic e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. No consolidado, os saldos dos fundos de investimento exclusivos estão distribuídos de acordo com o instrumento financeiro e vencimento, porém são apresentados no ativo circulante. Abaixo estão relacionados os saldos aplicados em fundos de investimentos:

		B3		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Fundos exclusivos incluídos no processo de consolidação					
Imbuia FI RF DI	Safra Adm. Fiduciária Ltda	1.386.983	804.695	-	-
BB Pau Brasil FI RF	BB DTVM S.A.	895.674	949.849	-	-
Jacarandá RF	Votorantim DTVM Ltda	508.975	-	-	-
		2.791.632	1.754.544	-	-
Fundos não exclusivos					
Bradesco FI RF LP Eucalipto	Banco Bradesco S.A.	6.008.492	3.098.018	6.057.352	3.175.325
Santander FI Cedro RF	Banco Santander S.A.	1.494.917	788.943	1.539.928	820.219
Araucária RF FI	Itaú Unibanco S.A.	1.159.484	638.722	1.187.061	655.398
FI Liquidez Câmara B3	Banco B3 S.A.	685.077	671.570	685.077	671.570
Jacarandá RF	Votorantim DTVM Ltda	-	391.682	-	391.682
Bradesco Empresas FIC FI DI Federal	Banco Bradesco S.A.	-	11.001	45	11.056
		9.347.970	5.599.936	9.469.463	5.725.250
Total		12.139.602	7.354.480	9.469.463	5.725.250

(2) Contratadas junto a bancos com baixo risco de crédito e lastreadas em títulos públicos federais.

(3) Aplicações em fundos de investimentos via controlada no exterior.

(4) Referem-se às ações da Bolsa de Comercio de Santiago no valor de R\$81.161 (R\$64.623 em 31 de dezembro de 2019), Bolsa Mexicana de Valores - R\$193.770 (R\$212.343 em 31 de dezembro de 2019), Bolsa de Valores de Colômbia - R\$66.895 (R\$52.709 em 31 de dezembro de 2019) e Bolsa de Valores de Lima - R\$52.162 (R\$40.638 em 31 de dezembro de 2019), adquiridas pela B3 conforme estratégia de explorar oportunidades de parceria com outras bolsas.

(5) Notas do Tesouro Nacional vinculadas a operação entre B3 e Associação BM&F (Nota 13(a)).

Os títulos públicos encontram-se custodiados no Selic; as cotas de fundos de investimento estão custodiadas junto aos respectivos administradores; as ações nacionais estão custodiadas junto à depositária B3; as ações da Bolsa de Comercio de Santiago, Bolsa Mexicana de Valores, Bolsa de Valores de Lima e Bolsa de Valores de Colômbia estão custodiadas nas respectivas depositárias.

Não ocorreram reclassificações entre as categorias dos títulos e valores mobiliários no exercício.

c. Instrumentos financeiros e derivativos

Prática contábil

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A B3 utiliza instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteger os seus ativos e passivos dos riscos de mercado, tal como a variação cambial, a variação do preço da ação B3SA3 e variação da taxa de juros das debêntures. A exposição à variação de preço da ação B3SA3 decorre do pagamento de encargos trabalhistas do programa de incentivo de longo prazo (ILP). A contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) é aplicada em todos os derivativos contratados.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação do derivativo, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Os derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo.

Os passivos financeiros não derivativos são classificados ao custo amortizado, exceto quando essa classificação não resultar em uma informação mais adequada.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos derivativos durante o exercício são reconhecidos no resultado, com exceção da parcela eficaz do *hedge* de fluxo de caixa, que é reconhecida no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item objeto de *hedge* afetar o mesmo.

Em relação a contabilidade de *hedge*, a B3, no início da operação de *hedge* elabora documentação formal da operação contendo: (i) objetivo do *hedge*, (ii) tipo de *hedge*, (iii) estratégia de gerenciamento do risco, (iv) natureza do risco a ser coberto, (v) identificação do objeto de cobertura (*hedged item*), (vi) identificação do instrumento de cobertura (*hedging instrument*), e (vii) a demonstração prospectiva da efetividade.

Qualquer desequilíbrio entre o índice de *hedge* do objeto e do instrumento de *hedge* que não esteja em conformidade com o objetivo do *hedge* da B3, é ajustado de forma que o índice volte a ficar dentro dos padrões estabelecidos na estratégia de proteção.

Atualmente, a B3 possui estruturas de proteção classificadas como *hedge* de fluxo de caixa e qualquer ganho ou perda do instrumento de *hedge* relacionado com a parcela efetiva é reconhecido no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários. Com isso, as variações cambiais dos instrumentos de *hedge*, anteriormente reconhecidas no resultado financeiro antes de sua designação como instrumento de *hedge*, passam a ser acumuladas no patrimônio líquido e transitam ao resultado no mesmo período e grupo contábil do reconhecimento da operação objeto do *hedge*. Quando a operação protegida pelo *hedge* resultar no reconhecimento de um ativo não financeiro, os ganhos e as perdas reconhecidas no patrimônio líquido são transferidos e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo. A parcela não efetiva do *hedge* é imediatamente reconhecida no resultado do exercício.

O método de apuração do valor justo, utilizado pela B3, consiste em determinar o valor futuro com base nas condições das operações contratadas, e em seguida o valor presente com base nas curvas de mercado vigentes, divulgadas pela B3.

A análise de efetividade do *hedge* é realizada através da metodologia dólar offset para o teste de efetividade prospectivo, que considera a razão a valor justo ou valor presente dos ganhos ou perdas acumuladas no instrumento de *hedge* com os ganhos ou perdas do objeto de *hedge* para o risco protegido. A abordagem utilizada para as análises consiste no método *benchmark rate approach*.

Hierarquia de valor justo

Os ativos e os passivos financeiros mensurados ao valor justo da B3 são avaliados por preços cotados (não ajustados) em mercado ativo (Nível 1). Os valores a receber e contratos de fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos e o valor justo das transações com partes relacionadas correspondem ao valor contábil.

Investimento em subsidiária no exterior (CETIP Lux)

	B3	Consolidado
Ativo		
Investimento em controlada no exterior	1.835.534	-
Passivo		
Empréstimos entre companhias e empréstimo contraído pela subsidiária	(2.455.555)	(779.619)
Posição cambial líquida	(620.021)	(779.619)

Tendo em vista que, nos termos da legislação tributária, os ganhos ou as perdas decorrentes da variação cambial sobre investimentos não devem ser considerados na base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, é necessário que exista um descasamento entre a posição ativa e a posição passiva em moeda estrangeira, de forma que o resultado depois dos impostos não fique exposto à variação cambial (*post tax hedge*).

Operações de hedge

Em 31 de dezembro de 2020, os valores consolidados dos instrumentos de *hedge* estão apresentados a seguir:

Descrição							B3 e Consolidado					
Classificação do hedge	Objeto de hedge	Instrumento de hedge	Valor de referência	Juros médios/Valor de referência - R\$	Vencimento da operação		Balanco		Ganho/(Perda) no período			
							Ativo	Passivo	Ativos não financeiros	Despesas operacionais	Resultado financeiro	Patrimônio líquido
Fluxo de caixa	Encargos sobre Stock Grant (1)	Swap	BRL	158.391	B3SA3 + proventos (ativo) CDI + 0,64% a.a. (passivo)	Jan/2021 a Mar/2021	64.692	-	-	32.442	1.260	11.199
Fluxo de caixa	Compromisso firme (2)	Caixa em moeda estrangeira				31/12/2020	-	-	290	2.532	-	-
Fluxo de caixa	Ações da Bolsa Mexicana de Valores (3)	NDF	MXN	1.088.500	282.683	05/02/2021	-	(2.061)	-	-	-	(1.360)
Fluxo de caixa	Ações da Bolsa de Comércio de Santiago (3)	NDF	CLP	10.000.000	68.580	05/03/2021	-	(4.971)	-	-	-	(3.281)
Fluxo de caixa	Ações da Bolsa de Valores de Colômbia (3)	NDF	COP	37.900.000	55.486	05/03/2021	-	(2.266)	-	-	-	(1.496)
Fluxo de caixa	Série IPCA da 4ª emissão de Debêntures (4)	Swap	BRL	163.225	IPCA + 3,90% a.a. (ativo) 120,81% do CDI (passivo)	Jan/2021 a Dez/2030	418	-	-	-	176	100
							65.110	(9.298)	290	34.974	1.436	5.162
Circulante							64.900	(9.298)				
Não circulante							210	-				

No exercício, os *hedges* não apresentaram elementos significativos de ineficácia.

- (1) Em janeiro de 2020, a B3 constituiu nova operação de *hedge* em decorrência da sua exposição à variação de preço das ações B3SA3, visando neutralizar os impactos da variação do preço das ações no pagamento de encargos trabalhistas incidentes sobre os planos de incentivo de longo prazo.
- (2) Em fevereiro de 2020, a B3 constituiu um novo *hedge*, designando parte de seu caixa em moeda estrangeira para cobertura dos impactos de variação cambial de alguns compromissos firmes assumidos em moedas estrangeiras (*hedge* de fluxo de caixa). Os fluxos de caixa, objeto de cobertura, referem-se a pagamentos que ocorreram até 31 de dezembro de 2020, independentemente de os prazos dos contratos excederem essa data, e a parcela do instrumento de *hedge* dos casos que não foram pagos até essa data, foram baixados no exercício.
- (3) Em dezembro de 2020, foram contratados termos de moedas *Non-Deliverable Forward* (NDF) para proteção da variação cambial dos investimentos nas ações da Bolsa Mexicana de Valores, da Bolsa de Comércio de Santiago e da Bolsa de Valores de Colômbia. As proteções correspondem, na data base, a mais de 80% da parcela dos investimentos.
- (4) Em dezembro de 2020, foi contratado *swap* ativo em IPCA e passivo em percentual do CDI para a proteção da série IPCA da 4ª emissão de debêntures da B3.

Em julho de 2020, foram liquidadas as operações de *swap*, contratadas em setembro de 2017 e março de 2018, para proteção do principal e das parcelas dos juros semestrais das *Senior Unsecured Notes* (Nota 9) dos impactos da variação cambial.

Os instrumentos financeiros derivativos foram contratados junto a instituições financeiras com baixo risco de crédito.

d. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros**Política de aplicações financeiras e gestão de riscos financeiros**

A B3 possui política de aplicações financeiras que privilegia alta liquidez e baixo risco, o que resulta majoritariamente em alocações em títulos públicos federais indexados à Selic adquiridos de forma direta, via operações compromissadas lastreadas em títulos públicos e por intermédio de fundos exclusivos e abertos.

As operações com instrumentos derivativos realizadas pela B3 têm como único e exclusivo objetivo a proteção patrimonial (*hedge*).

Aquisição ou alienação de investimentos em ações em Bolsas na América Latina, são avaliados individualmente e realizados somente em consonância com o planejamento estratégico aprovado pelo Conselho de Administração.

Adicionalmente, a B3 possui a Política de Gestão de Riscos Corporativos que tem por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão de riscos, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos operacionais, tecnológicos, de mercado, de liquidez, de crédito, de imagem e socioambientais.

O Comitê de Riscos e Financeiro acompanha e avalia os riscos de mercado, de liquidez, de crédito e sistêmico dos mercados administrados pela B3, com enfoque estratégico e estrutural.

Análise de sensibilidade

O quadro a seguir demonstra a exposição líquida consolidada de todos os instrumentos financeiros (ativos e passivos) por fator de risco de mercado.

Exposição aos Fatores de Risco (Consolidado)					
Fator de Risco	Risco	2020		2019	
		Percentual	Valor	Percentual	Valor
Juros Pós-Fixado	Queda da Selic	65,18%	14.280.186	66,73%	9.307.882
Juros Pós-Fixado	Alta do CDI	29,02%	6.358.544	24,55%	3.423.866
Juros Pré-Fixado	Alta da Pré	1,99%	436.590	2,41%	336.516
Preço da Ação	Queda do Preço	1,80%	394.026	2,66%	370.313
Outros	Outros	2,01%	440.096	3,65%	508.569

Risco do preço da ação

O quadro a seguir apresenta análise de sensibilidade sobre os possíveis impactos em decorrência de uma variação de 25% e 50% sobre o cenário provável do preço das ações para os próximos três meses, obtidos por meio da Bloomberg.

Fator de risco	Impacto				
	Cenário				
	-50%	-25%	Provável	+25%	+50%
Ações da Bolsa de Comercio de Santiago em BRL	(39.017)	(17.946)	3.126	24.197	45.269
Preço da ação Bolsa do Chile	1.151,14	1.726,71	2.302,28	2.877,85	3.453,42
Ações da Bolsa Mexicana de Valores em BRL	(95.427)	(46.255)	2.917	52.089	101.261
Preço da ação Bolsa do México	23,94	35,90	47,87	59,84	71,81
Ações da Bolsa de Valores de Colombia em BRL	(33.494)	(16.794)	(93)	16.607	33.307
Preço da ação Bolsa da Colômbia	5.931,70	8.897,55	11.863,40	14.829,25	17.795,10
Ações da Bolsa de Valores de Lima em BRL	(25.773)	(12.812)	149	13.110	26.071
Preço da ação Bolsa do Peru	1,22	1,83	2,44	3,05	3,66

Os possíveis impactos demonstrados pela análise de sensibilidade transitarão pelo patrimônio líquido, líquidos de impostos.

Risco de taxa de juros

O quadro a seguir apresenta análise de sensibilidade sobre os impactos estimados nos ativos e passivos em decorrência de uma variação de 25% e 50% sobre o cenário provável das taxas pós-fixadas CDI e Selic, para os próximos três meses, e das taxas pré-fixadas obtidos por meio da Bloomberg e da B3.

Fator de risco	Impacto				
	Cenário				
	-50%	-25%	Provável	+25%	+50%
CDI	(15.522)	(23.240)	(30.930)	(38.593)	(46.229)
Taxa CDI	0,98%	1,47%	1,96%	2,45%	2,94%
Selic	34.173	51.166	68.097	84.968	101.779
Taxa Selic	0,98%	1,47%	1,96%	2,45%	2,94%
Pré	8.574	7.081	5.615	4.174	2.759
Taxa Pré	2,63%	3,94%	5,25%	6,56%	7,88%

Risco cambial

Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a B3 possui recursos próprios no exterior e posição acionária em bolsas da América Latina.

O quadro a seguir apresenta análise de sensibilidade sobre os possíveis impactos nos ativos e passivos em decorrência de uma variação de 25% e 50% sobre o cenário provável do câmbio para os próximos três meses, obtidos por meio da Bloomberg.

Os possíveis impactos demonstrados pela análise de sensibilidade transitarão substancialmente pelo patrimônio líquido, líquidos de impostos.

Fator de risco	Impacto				
	Cenário				
	-50%	-25%	Provável	+25%	+50%
USD	(95.834)	(47.737)	361	48.458	96.555
Taxa de Câmbio USD/BRL	2,6033	3,9049	5,2065	6,5081	7,8098
CLP	(3.967)	(1.979)	8	1.995	3.982
Taxa de Câmbio CLP/BRL	0,0037	0,0055	0,0073	0,0091	0,0110
COP	(4.611)	(2.329)	(48)	2.233	4.514
Taxa de Câmbio COP/BRL	0,0008	0,0011	0,0015	0,0019	0,0023
PEN	(26.100)	(13.069)	(38)	12.993	26.024
Taxa de Câmbio PEN/BRL	0,7189	1,0784	1,4378	1,7973	2,1567

Tendo em vista os valores líquidos das demais moedas, seus impactos não são considerados relevantes.

Risco de liquidez

Como forma de gerenciamento do risco de liquidez, a B3 gerencia seus fluxos de caixa para garantir liquidez e cumprimento de todas as suas obrigações. A tabela a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros da B3 por faixas de vencimento (fluxos de caixa não descontados).

Descrição	Sem vencimento	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Garantias recebidas em operações	5.695.723	-	-	-	-
Swap (1)	-	(67.666)	-	-	-
NDFs (2)	-	10.822	-	-	-
Debêntures	-	227.882	2.524.913	2.480.763	207.545
Empréstimo em dólares	-	21.277	537.875	267.098	-
Empréstimo em reais	-	55.999	54.989	1.304.769	-
Empréstimo FINEP	-	2.907	2.181	5.774	1.263
	5.695.723	251.221	3.119.958	4.058.404	208.808

(1) Para o cálculo do ajuste foi utilizada a curva do CDI na data-base, até a data de liquidação do swap e o dólar de fechamento do mês (PTAX), divulgado pelo Banco Central do Brasil.

(2) Os NDFs consideram o valor a ser liquidado sob as operações contratadas. Para o cálculo do ajuste foram utilizadas as taxas de venda, das respectivas moedas, divulgadas pelo Banco Central do Brasil no último dia útil do mês.

Risco de crédito

O principal risco de crédito da B3 decorre de suas aplicações financeiras. A B3 possui política de aplicações financeiras que privilegia majoritariamente investimentos em títulos públicos federais do governo brasileiro. Atualmente, cerca de 99% das aplicações financeiras está vinculada a títulos públicos federais com *ratings* definidos pelas agências Standard & Poor's e Moody's, respectivamente, "BB-" e

"Ba2" para emissões de longo prazo em moeda local. Os *swaps* e os NDFs contratados como operações de *hedge* têm como contraparte majoritariamente bancos com baixo risco de crédito.

Gestão de capital

Os objetivos da B3 ao administrar o seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de seus negócios, oferecer retorno aos acionistas e a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital eficiente. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a B3 pode rever suas práticas de pagamento de dividendos, devolver o capital aos acionistas, efetuar captações de empréstimos e emissões de valores mobiliários no mercado financeiro e de capitais, dentre outros.

Em 31 de dezembro de 2020, o resultado da diferença entre os ativos e os passivos financeiros foi de R\$5.075.652 (R\$4.060.318 em 31 de dezembro de 2019), conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Consolidado	
	2020	2019
Disponibilidades e aplicações financeiras	17.850.926	11.163.581
Empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos	(7.003.954)	(4.019.919)
Garantias recebidas em operações	(5.695.723)	(3.013.447)
Proventos e direitos sobre títulos em custódia	(75.597)	(69.897)
	5.075.652	4.060.318

Outras informações

A B3, especialmente para esse exercício, em razão aos impactos das medidas de enfrentamento à pandemia da COVID-19 no cálculo de perdas esperadas de instrumentos financeiros, monitorou as posições dos ativos financeiros e dos recebíveis no que tange a identificação de aumento significativo do risco de crédito. Considerando a natureza desses ativos (substancialmente lastreados em títulos públicos federais), a não existência de componente de financiamento significativo, bem como um conjunto de aspectos quantitativos e qualitativos, a B3 não identificou um aumento significativo no risco de crédito dos mesmos. A B3 continuará a monitorar, de maneira periódica e prospectiva, tais instrumentos financeiros.

5 Contas a receber

Prática contábil

Os recebíveis da B3 compreendem, substancialmente, contas a receber de clientes. São registrados inicialmente pelo valor da transação e posteriormente pelo custo amortizado, utilizando o método de juro efetivo, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

As perdas são estimadas através da utilização de uma matriz de provisão baseada em dias de atrasos e segmentada por clientes e serviços que apresentam padrões semelhantes de perdas. A matriz de provisão é revisada e atualizada de acordo com a experiência histórica e expectativa de perdas da carteira de recebíveis da B3.

O saldo de contas a receber está composto da seguinte forma:

Descrição	B3		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Emolumentos	64.123	40.500	64.123	40.500
Taxas de depositária e custódia	165.481	147.316	165.481	147.316
Vendors - Difusão de Sinal	37.760	27.904	43.319	33.586
Gestão de banco de dados	71.879	49.195	71.879	49.195
Processamento de dados	38.507	31.649	38.507	31.649
Outras contas a receber	37.269	39.877	40.803	42.688
Subtotal	415.019	336.441	424.112	344.934
Perdas estimadas em contas a receber (1)	(11.794)	(5.529)	(11.996)	(5.614)
Total	403.225	330.912	412.116	339.320

(1) Em razão dos impactos da pandemia da COVID-19 no exercício, houve uma revisão na expectativa de perda para os valores a receber, o que ocasionou o aumento nas perdas estimadas.

Os valores de contas a receber são preponderantemente em reais e cerca de 95% vencem em até 90 dias. Em 31 de dezembro de 2020, os valores vencidos acima de 90 dias apresentavam o montante de R\$4.992 (R\$3.025 em 31 de dezembro de 2019) na B3 e no consolidado.

Abaixo segue a movimentação das perdas estimadas com crédito:

	B3	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.798	5.798
Adições	15.129	15.214
Reversões	(14.485)	(14.485)
Baixas	(913)	(913)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.529	5.614
Adições	15.955	16.119
Reversões	(8.173)	(8.220)
Baixas	(1.517)	(1.517)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	11.794	11.996

6 Investimentos

Prática contábil

Controladas e Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da B3 e suas controladas, cujas práticas contábeis são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as práticas adotadas pela B3.

A B3 consolida suas controladas a partir do momento em que obtém o controle, ou seja, quando estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e totalmente consolidados para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.

Os ativos, os passivos, as receitas e as despesas são somados de acordo com a sua natureza no processo de consolidação, excluindo as transações realizadas entre as companhias, o investimento da B3 é eliminado contra o patrimônio líquido das controladas. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação evidencie uma redução ao valor recuperável (*impairment*).

Coligadas

Coligada é a companhia sobre a qual a B3 possui habilidade de exercer influência significativa. O julgamento da B3 quanto ao nível de influência sobre os investimentos leva em consideração fatores-chaves, tais como percentual de participação, representação no Conselho de Administração, participação nas definições de políticas e negócios e transações materiais entre as companhias.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da B3 em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) acumulada, se houver.

Combinação de negócios e goodwill

A B3 contabiliza suas combinações de negócios utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesas quando incorridos.

A B3 avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença será reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido de uma combinação de negócios é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação.

a. Participações em controladas e coligadas

As participações em controladas e coligadas estão compostas da forma descrita a seguir.

	Controladas									Coligada		Total
	Banco B3	BVRJ	UK Ltd.	B3 Inova	USA Chicago	CETIP Info	CETIP Lux	BLK	Portal de Documentos	CED	RTM (1)	
Informações sobre os investimentos												
Quantidade total de ações/cotas patrimoniais	24.000	115	1.000	1	1	800	85.000	39.403.650	200.000	10.000	2.020.000	
% de participação	100,00	86,95	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	20,00	
Patrimônio líquido	112.878	87.912	4.025	53.268	2.420	91.089	1.835.534	16.347	21.166	488	81.079	
Mais-valia em combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	-	120	81.623	4.425	8.809	
Resultado ajustado	16.906	14	954	2.236	(185)	32.781	441.733	(10.397)	(11.419)	(419)	18.815	
Principais informações contábeis												
Ativo	1.133.337	93.740	4.416	53.268	2.526	96.911	2.616.355	22.866	44.372	959	103.981	
Passivo	1.020.459	5.828	391	-	106	5.822	780.821	6.519	23.206	471	22.902	
Receitas	51.949	5.294	3.741	-	-	57.355	-	10.307	55.382	1.134	123.076	
Movimentação dos investimentos												
Saldos em 31 de dezembro de 2018	94.234	74.805	1.766	9.046	-	92.783	1.304.142	-	-	-	19.510	1.596.286
Equivalência patrimonial	16.727	1.622	307	(1.143)	-	40.812	89.659	(3.618)	(7.585)	-	3.150	139.931
Resultado abrangente de controlada	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Ajustes de conversão de controladas	-	-	164	538	-	-	-	-	-	-	-	702
Ajustes de exercícios anteriores de controlada	-	-	-	-	-	-	-	44	-	-	-	44
Aquisição de controladas	-	-	-	-	-	-	-	13.395	38.055	-	-	51.450
Parcelas futuras	-	-	-	-	-	-	-	-	50.000	-	-	50.000
Aumento de capital	-	-	-	16.639	-	-	-	3.750	13.000	-	-	33.389
Proventos	(10.646)	-	-	-	-	(34.475)	-	-	-	-	-	(45.121)
Reconhecimento do plano de ações	-	-	-	-	-	-	-	964	2.856	-	-	3.820
Saldos em 31 de dezembro de 2019	100.316	76.427	2.237	25.080	-	99.120	1.393.801	14.535	96.326	-	22.660	1.830.502
Equivalência patrimonial	16.906	12	954	2.236	(185)	32.781	441.733	(8.807)	(11.419)	(419)	2.365	476.157
Resultado abrangente de controlada	(355)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(355)
Ajustes de conversão de controladas	-	-	834	10.807	(180)	-	-	-	-	-	-	11.461
Ajustes de exercícios anteriores de controlada	-	-	-	-	-	-	-	12	-	-	-	12
Aquisição de controlada (Nota 2(d))	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.331	-	5.331
Aquisição de participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	993	-	-	-	993
Aumento de capital	-	-	-	15.145	2.785	-	-	24.000	14.000	-	-	55.930
Redução ao valor recuperável (impairment)	-	-	-	-	-	-	-	(12.662)	-	-	-	(12.662)
Proventos	(3.989)	-	-	-	-	(40.812)	-	-	-	-	-	(44.801)
Reconhecimento do plano de ações	-	-	-	-	-	-	-	(1.604)	3.882	-	-	2.278
Saldos em 31 de dezembro de 2020	112.878	76.439	4.025	53.268	2.420	91.089	1.835.534	16.467	102.789	4.912	25.025	2.324.846

(1) A B3 possui participação de 20% na coligada RTM, uma rede privada de comunicação criada especialmente para o setor financeiro, conectando cerca de 500 instituições e 25 provedores de informações e serviços em um único ambiente operacional. A RTM gerencia serviços de dados, voz e imagem e desenvolve soluções específicas para usuários do setor financeiro.

A BRV LLC não apresentou saldo no exercício.

b. Propriedades para investimento**Prática contábil**

A B3 registra as propriedades para investimento pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações, exceto os terrenos, calculadas através do método linear às taxas baseadas no tempo de vida útil estimado dos bens. Eventuais gastos com reparos e manutenção são registrados no resultado quando incorridos. As receitas de aluguéis das propriedades para investimento são reconhecidas como outras receitas durante a vigência do contrato de arrendamento.

As propriedades para investimento são representadas por imóveis alugados, de propriedade da controlada BVRJ. A receita com o aluguel destes imóveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$5.208 (R\$5.674 em 31 de dezembro de 2019). O valor justo estimado das propriedades é de R\$101.768, calculado através do preço médio do metro quadrado para venda de imóveis comerciais na cidade do Rio de Janeiro, divulgado na tabela FIPEZAP. A B3 não tem restrições sobre a venda de suas propriedades para investimento.

Movimentação	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2018	26.081
Depreciação	(1.518)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	24.563
Depreciação	(1.518)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	23.045
Taxas médias anuais de depreciação	4,0%

7 Imobilizado**Prática contábil**

Os bens do imobilizado são avaliados pelo valor do custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear e levam em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens e o seu valor residual. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no fim de cada exercício.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

A despesa de depreciação é reconhecida no resultado a menos que seja incluída no valor contábil de outro ativo. A depreciação de ativos imobilizados utilizados para atividades de desenvolvimento é incluída como parte do custo de um ativo intangível.

							B3
Movimentação	Edifícios	Móveis e utensílios	Aparelhos e equipamentos de computação	Instalações	Outros	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	288.374	21.631	235.911	31.778	29.521	18.383	625.598
Adições	4.376	4.864	61.630	23.677	8.304	36.260	139.111
Direito de uso	18.190	-	-	-	-	-	18.190
Baixas	(138)	(66)	(313)	(215)	(313)	-	(1.045)
Transferências	13.430	87	375	15	3	(13.910)	-
Reclassificação (Nota 8)	-	-	1.373	-	-	-	1.373
Recapitalização de depreciação	-	(2)	(947)	-	-	-	(949)
Depreciação	(30.665)	(5.807)	(54.073)	(7.514)	(4.339)	-	(102.398)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	293.567	20.707	243.956	47.741	33.176	40.733	679.880
Adições	4.502	9.529	102.977	29.485	5.504	60.423	212.420
Direito de uso	4.648	-	-	-	-	-	4.648
Baixas	-	(353)	(3.345)	(4.755)	(35)	-	(8.488)
Transferências	38.629	103	-	3.665	649	(43.046)	-
Recapitalização de depreciação	-	(2)	(2.438)	(3)	-	-	(2.443)
Depreciação	(16.549)	(5.880)	(56.579)	(8.877)	(7.207)	-	(95.092)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	324.797	24.104	284.571	67.256	32.087	58.110	790.925
Em 31 de dezembro de 2020							
Custo	519.741	73.321	721.217	96.854	86.686	58.110	1.555.929
Depreciação acumulada	(194.944)	(49.217)	(436.646)	(29.598)	(54.599)	-	(765.004)
Saldo contábil líquido	324.797	24.104	284.571	67.256	32.087	58.110	790.925
Taxas médias anuais de depreciação	4,7%	11,1%	12,7%	16,2%	26,0%	-	
Em 31 de dezembro de 2019							
Custo	471.963	66.001	644.308	94.801	82.531	40.733	1.400.337
Depreciação acumulada	(178.396)	(45.294)	(400.352)	(47.060)	(49.355)	-	(720.457)
Saldo contábil líquido	293.567	20.707	243.956	47.741	33.176	40.733	679.880
Taxas médias anuais de depreciação	6,4%	13,7%	13,6%	9,7%	11,4%	-	

Movimentação	Consolidado						Total
	Edifícios	Móveis e utensílios	Aparelhos e equipamentos de computação	Instalações	Outros	Imobilizado em andamento	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	288.374	21.631	235.911	31.802	31.224	18.383	627.325
Adições	4.376	4.934	62.715	23.677	8.304	36.260	140.266
Direito de uso	21.406	-	-	-	-	-	21.406
Baixas	(138)	(69)	(324)	(215)	(308)	-	(1.054)
Transferências	13.430	87	375	15	3	(13.910)	-
Reclassificação (Nota 8)	-	-	1.373	-	-	-	1.373
Recapitalização de depreciação	-	(2)	(947)	-	-	-	(949)
Depreciação	(31.094)	(5.912)	(54.887)	(7.535)	(4.389)	-	(103.817)
Aquisição de controlada (Nota 2(d))	-	694	4.432	65	112	-	5.303
Saldos em 31 de dezembro de 2019	296.354	21.363	248.648	47.809	34.946	40.733	689.853
Adições	4.502	9.680	112.389	29.485	5.956	60.423	222.435
Direito de uso	5.353	-	-	-	-	-	5.353
Baixas	-	(353)	(3.382)	(4.755)	(35)	-	(8.525)
Transferências	38.624	108	-	3.665	649	(43.046)	-
Recapitalização de depreciação	-	(2)	(2.438)	(4)	-	-	(2.444)
Depreciação	(17.308)	(6.006)	(58.389)	(8.901)	(7.236)	-	(97.840)
Aquisição de controlada (Nota 2(d))	5	-	57	-	-	-	62
Saldos em 31 de dezembro de 2020	327.530	24.790	296.885	67.299	34.280	58.110	808.894
Em 31 de dezembro de 2020							
Custo	523.661	75.418	742.943	98.115	89.075	58.110	1.587.322
Depreciação acumulada	(196.131)	(50.628)	(446.058)	(30.816)	(54.795)	-	(778.428)
Saldo contábil líquido	327.530	24.790	296.885	67.299	34.280	58.110	808.894
Taxas médias anuais de depreciação	4,7%	11,1%	12,7%	16,2%	26,0%	-	
Em 31 de dezembro de 2019							
Custo	475.178	67.990	656.696	96.089	84.487	40.733	1.421.173
Depreciação acumulada	(178.824)	(46.627)	(408.048)	(48.280)	(49.541)	-	(731.320)
Saldo contábil líquido	296.354	21.363	248.648	47.809	34.946	40.733	689.853
Taxas médias anuais de depreciação	6,4%	13,7%	13,6%	9,7%	11,4%	-	

8 Intangível

Prática contábil

Ágio

O ágio (*goodwill*) registrado como ativo intangível é decorrente de aquisições realizadas pela B3 e é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre o ágio não são revertidas.

Relações contratuais

As relações contratuais, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de

custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação contratual.

Softwares e projetos

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela B3 e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

A despesa de amortização é reconhecida no resultado a menos que seja incluída no valor contábil de outro ativo. Nesses casos, a amortização de ativos intangíveis utilizados para atividades de desenvolvimento é incluída como parte do custo de outro ativo intangível.

Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

							B3
Movimentação	Ágios (2)	Softwares gerados internamente - Em desenvolvimento	Softwares gerados internamente - Projetos concluídos	Softwares	Relações contratuais	Marcas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	22.338.799	162.815	4.413.851	96.870	34.552	87.143	27.134.030
Adições	-	110.586	-	44.469	-	-	155.055
Baixas	-	-	-	(11)	-	-	(11)
Transferências	-	(34.982)	30.998	3.984	-	-	-
Reclassificação (Nota 7)	-	-	-	(1.373)	-	-	(1.373)
Amortização	-	-	(819.126)	(21.874)	(9.872)	(69.715)	(920.587)
Outros	-	1.078	42	(128)	-	-	992
Saldos em 31 de dezembro de 2019	22.338.799	239.497	3.625.765	121.937	24.680	17.428	26.368.106
Adições	-	137.458	-	69.436	-	-	206.894
Baixas	-	-	(5.596)	(15)	-	-	(5.611)
Transferências	-	(126.282)	87.045	39.237	-	-	-
Impairment (1)	-	-	(67.723)	-	-	-	(67.723)
Amortização	-	-	(839.891)	(64.264)	(9.872)	(17.428)	(931.455)
Outros	-	2.755	(22)	(311)	-	-	2.422
Saldos em 31 de dezembro de 2020	22.338.799	253.428	2.799.578	166.020	14.808	-	25.572.633
Em 31 de dezembro de 2020							
Custo	22.338.799	253.428	6.078.619	713.938	54.222	190.131	29.629.137
Amortização acumulada	-	-	(3.279.041)	(547.918)	(39.414)	(190.131)	(4.056.504)
Saldo contábil líquido	22.338.799	253.428	2.799.578	166.020	14.808	-	25.572.633
Taxas médias anuais de amortização	-	-	14,2%	29,4%	17,3%	-	
Em 31 de dezembro de 2019							
Custo	22.338.799	239.497	6.103.864	580.605	54.222	190.130	29.507.117
Amortização acumulada	-	-	(2.478.099)	(458.668)	(29.542)	(172.702)	(3.139.011)
Saldo contábil líquido	22.338.799	239.497	3.625.765	121.937	24.680	17.428	26.368.106
Taxas médias anuais de amortização	-	-	13,6%	12,9%	18,2%	36,7%	

Movimentação	Consolidado						Total
	Ágios (2)	Softwares gerados internamente - Em desenvolvimento	Softwares Gerados Internamente - Projetos concluídos	Softwares	Relações contratuais	Marcas	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	22.338.799	163.787	4.413.851	96.870	34.552	87.145	27.135.004
Adições	-	110.586	801	45.936	-	2	157.325
Baixas	-	-	-	(34)	-	-	(34)
Transferências	-	(35.955)	31.301	4.654	-	-	-
Reclassificação (Nota 7)	-	-	-	(1.373)	-	-	(1.373)
Amortização	-	-	(821.316)	(23.367)	(10.517)	(69.715)	(924.915)
Aquisição de controlada (Nota 2(d))	77.351	-	24.797	3.638	14.757	7	120.550
Outros	-	1.078	42	(128)	-	-	992
Saldos em 31 de dezembro de 2019	22.416.150	239.496	3.649.476	126.196	38.792	17.439	26.487.549
Adições	-	139.906	-	80.428	-	-	220.334
Baixas	-	-	(5.596)	(15)	-	-	(5.611)
Transferências	-	(126.282)	88.680	38.078	(476)	-	-
Impairment (1) (2)	(9.251)	-	(73.963)	-	-	-	(83.214)
Amortização	-	-	(843.926)	(68.370)	(12.218)	(17.429)	(941.943)
Aquisição de controlada (Nota 2(d))	1.665	-	-	606	2.309	-	4.580
Outros	(37)	2.755	(22)	(311)	-	-	2.385
Saldos em 31 de dezembro de 2020	22.408.527	255.875	2.814.649	176.612	28.407	10	25.684.080
Em 31 de dezembro de 2020							
Custo	22.408.527	255.875	6.100.194	734.744	71.288	190.141	29.760.769
Amortização acumulada	-	-	(3.285.545)	(558.132)	(42.881)	(190.131)	(4.076.689)
Saldo contábil líquido	22.408.527	255.875	2.814.649	176.612	28.407	10	25.684.080
Taxas médias anuais de amortização	-	-	14,2%	29,4%	17,3%	-	
Em 31 de dezembro de 2019							
Custo	22.416.150	239.496	6.129.766	590.811	68.978	190.141	29.635.342
Amortização acumulada	-	-	(2.480.290)	(464.615)	(30.186)	(172.702)	(3.147.793)
Saldo contábil líquido	22.416.150	239.496	3.649.476	126.196	38.792	17.439	26.487.549
Taxas médias anuais de amortização	-	-	13,6%	12,9%	18,2%	36,7%	

(1) Em decorrência da redução nas projeções de receitas relativas ao ativo da Plataforma Imobiliária, durante o período de sua vida útil remanescente, a B3 identificou uma redução no valor recuperável da Plataforma no valor total de R\$67.723.

(2) Em 31 de dezembro de 2020, foram revisadas as principais variáveis das projeções dos fluxos de caixa futuros das unidades geradoras de caixa Bovespa Holding e CETIP (UTVM e UFIN) e não foi identificada necessidade de ajuste aos valores dos ágios.

Na mesma data-base também foram avaliadas as projeções de fluxo de caixa futuro das empresas Portal de Documentos e BLK (adquiridas em 2019). Apenas na BLK, identificamos que a expectativa de rentabilidade futura da empresa é inferior ao seu valor contábil, exigindo ajuste ao valor do ágio no montante de R\$9.251 e da mais-valia reconhecida sobre a plataforma da BLK no montante de R\$6.240, sendo o montante da mais-valia líquido do imposto diferido de R\$3.411.

Todas as premissas do período projetivo do fluxo de caixa foram baseadas no mais recente orçamento, análise de performance, expectativas de mercado e estratégias da Administração.

Consolidado					
	Valor contábil do ágio 31/12/2019	Taxa de desconto (antes dos impostos)	Taxa de desconto (após impostos)	Período projetivo (anos)	Perpetuidade
Bovespa Holding	14.401.628	15,2%	12,7%	10	6,1%
CETIP (UTVM e UFIN)	7.937.171	De 13,5% a 13,8%	De 11,4% a 11,8%	5	6,1%
Outros*	77.351	De 13,3% a 15,0%	De 11,2% a 12,6%	5	6,1%
	22.416.150				

	Valor contábil do ágio 31/12/2020	Taxa de desconto (antes dos impostos)	Taxa de desconto (após impostos)	Período projetivo (anos)	Perpetuidade
Bovespa Holding	14.401.628	13,9%	11,4%	10	5,7%
CETIP (UTVM e UFIN)	7.937.171	De 14,2% a 14,4%	De 11,7% a 12,1%	5	5,9%
Outros*	69.728	De 13,3% a 13,9%	De 11,0% a 11,6%	5	5,9%
	22.408.527				

(*) Portal de Documentos, BLK e CED

A Administração realizou análises de sensibilidade para determinar os impactos de mudanças nas três principais variáveis que afetam o valor em uso calculado:

- Taxa de desconto: custo médio ponderado do capital de cada unidade. Sensibilidade de aumento de 100bps;
- Perpetuidade: taxa equivalente ao PIB nominal no longo prazo. Sensibilidade de redução de 50bps;
- Crescimento da receita: taxa de crescimento médio anual da receita no período projetivo. Sensibilidade de redução de 15%.

Bovespa Holding

O ágio gerado na aquisição da Bovespa Holding em 2008, fundamentado em expectativa de rentabilidade futura e por laudo de avaliação econômico-financeira do investimento, foi de R\$16.064.309. Em 31 de dezembro de 2015, o teste fundamentado em laudo de avaliação, à época elaborado por especialistas independentes, identificou necessidade de redução ao valor recuperável da Bovespa Holding no montante de R\$1.662.681 e, conseqüentemente, o valor contábil do ágio passou a ser R\$14.401.628.

A Administração entende que um período de projeção de dez anos (e não cinco) se fundamenta na percepção de que o mercado de capitais brasileiro, no segmento de renda variável, deve experimentar um crescimento prolongado, refletindo o tempo necessário para que indicadores tais como participação de ações nas carteiras de investidores, e relação Market Cap/PIB do Brasil, dentre outros, possam atingir patamares observados em outros países, indicando que se atingiu a maturidade de longo prazo.

As premissas do período projetivo do fluxo de caixa também consideram a expectativa de crescimento e desenvolvimento do mercado de capitais no Brasil.

Os cenários de sensibilidade revelaram valores em uso da UGC acima do valor contábil.

CETIP

O ágio gerado na aquisição da CETIP em março de 2017, no montante de R\$7.937.171, está fundamentado em expectativa de rentabilidade futura e por laudo de Alocação do Preço de Compra (*Purchase Price Allocation* - PPA), sendo alocados R\$5.041.133 para a CETIP UTVM e R\$2.896.038 para a CETIP UFIN.

As premissas do período projetivo do fluxo de caixa também consideram a expectativa de crescimento do mercado de renda fixa, automotivo e imobiliário no Brasil.

Os cenários de sensibilidade revelaram valores em uso das UGCs acima do valor contábil.

Controladas - Portal de Documentos, BLK e CED

Os ágios gerados na aquisição da Portal de Documentos (R\$68.063 em junho de 2019) e BLK (R\$9.251 em março de 2019) estão fundamentados em expectativa de rentabilidade futura e por laudo de Alocação do Preço de Compra (*Purchase Price Allocation* - PPA).

Em 31 de dezembro de 2020, foram revisadas as principais variáveis das projeções do fluxo de caixa futuro das empresas Portal de Documentos (expectativa de crescimento do setor imobiliário e de cobrança) e BLK (sofisticação do ambiente de trading e algoritmos) e comparadas aos valores contábeis de investimento de R\$109.623 e R\$31.502, respectivamente.

As análises de sensibilidade da taxa de desconto, perpetuidade e crescimento da receita revelaram valores em uso da empresa acima do valor contábil para a Portal de Documentos.

Em 31 de dezembro de 2020, o teste anual de recuperabilidade do valor contábil da BLK, elaborado internamente, identificou necessidade de redução ao valor recuperável no montante total de R\$9.251.

O ágio gerado na aquisição da CED (R\$1.665 em junho de 2020) foi calculado com base em estimativas elaboradas internamente.

9 Empréstimos, financiamentos e arrendamentos

Prática contábil

Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de juro efetivo. Quando há modificações não relevantes em termos contratuais, a diferença entre o saldo contábil e o passivo financeiro remensurado é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício, porém se as modificações em termos contratuais forem relevantes, o instrumento original é baixado e reconhecido um novo passivo financeiro, com eventuais impactos reconhecidos no resultado do exercício.

Arrendamentos

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros atualizados de acordo com os índices ou taxas de correções contratuais projetados. O passivo de arrendamento é registrado em contra partida ao ativo de direito de uso (imobilizado).

O passivo do arrendamento é remensurado na ocorrência de eventos como, mudança no prazo do arrendamento, mudança nos pagamentos futuros, alteração de um índice ou taxa utilizada para determinar os pagamentos. O valor da remensuração é reconhecido como um ajuste ao ativo de direito de uso.

Os juros incorridos são registrados como despesa financeira e os pagamentos realizados reduzem o valor contábil do passivo de arrendamento. O pagamento de contratos de curto prazo (12 meses ou menos) são reconhecidos como despesa quando ocorridos.

Movimentação	B3					Total
	Dívida no exterior	Debêntures	Empréstimos com subsidiária	Cédula de crédito bancário	Outros empréstimos	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.402.529	1.504.766	1.834.399	-	15.574	5.757.268
Adições/Apropriação de juros	156.345	132.154	78.996	-	2.503	369.998
Emissão	-	1.200.000	-	-	-	1.200.000
Operações de arrendamento mercantil	-	-	-	-	19.329	19.329
Custo de captação	-	(1.059)	-	-	-	(1.059)
Amortização de custo de captação	2.464	2.785	-	-	110	5.359
Amortização de juros	(125.524)	(130.601)	(82.812)	-	(1.194)	(340.131)
Amortização de principal	(22.884)	(1.500.000)	-	-	(8.703)	(1.531.587)
Variação cambial	-	-	71.934	-	-	71.934
Variação cambial - <i>Hedge</i> de valor justo	95.411	-	-	-	-	95.411
Variação cambial - <i>Hedge</i> de fluxo de caixa	(6.013)	-	-	-	-	(6.013)
Ajuste a valor justo - <i>Hedge</i> de valor justo	17.088	-	-	-	-	17.088
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.519.416	1.208.045	1.902.517	-	27.619	5.657.597
Adições/Apropriação de juros	109.082	81.428	97.848	28.504	1.704	318.566
Emissão/contratação	-	3.755.000	-	1.250.000	-	5.005.000
Operações de arrendamento mercantil	-	-	-	-	4.646	4.646
Custo de captação	-	(33.677)	-	-	-	(33.677)
Amortização de custo de captação	1.301	3.764	-	-	93	5.158
Amortização de juros	(160.227)	(39.092)	(82.480)	-	(856)	(282.655)
Amortização de principal	(3.301.846)	-	-	-	(10.069)	(3.311.915)
Variação cambial	-	-	537.670	-	-	537.670
Variação cambial - <i>Hedge</i> de valor justo	806.249	-	-	-	-	806.249
Variação cambial - <i>Hedge</i> de fluxo de caixa	6.534	-	-	-	-	6.534
Ajuste a valor justo - <i>Hedge</i> de valor justo	19.491	-	-	-	-	19.491
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	4.975.468	2.455.555	1.278.504	23.137	8.732.664
Em 31 de dezembro de 2020						
Circulante	-	42.469	16.780	28.504	6.876	94.629
Não circulante	-	4.932.999	2.438.775	1.250.000	16.261	8.638.035
Saldo contábil	-	4.975.468	2.455.555	1.278.504	23.137	8.732.664
Em 31 de dezembro de 2019						
Circulante	2.519.416	8.537	270.890	-	7.502	2.806.345
Não circulante	-	1.199.508	1.631.627	-	20.117	2.851.252
Saldo contábil	2.519.416	1.208.045	1.902.517	-	27.619	5.657.597

	Consolidado					
Movimentação	Dívida no exterior	Debêntures	Empréstimos bancários	Cédula de crédito bancário	Outros empréstimos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.402.529	1.504.766	586.290	-	15.574	4.509.159
Adições/Apropriação de juros	156.345	132.154	25.044	-	2.659	316.202
Emissão/contratação	-	1.200.000	204.990	-	-	1.404.990
Operações de arrendamento mercantil	-	-	-	-	22.543	22.543
Custo de captação	-	(1.059)	-	-	-	(1.059)
Amortização de custo de captação	2.464	2.785	-	-	110	5.359
Amortização de juros	(125.524)	(130.601)	(28.130)	-	(1.230)	(285.485)
Amortização de principal	(22.884)	(1.500.000)	(204.990)	-	(9.581)	(1.737.455)
Variação cambial	-	-	23.385	-	-	23.385
Variação cambial - Hedge de valor justo	95.411	-	-	-	-	95.411
Variação cambial - Hedge de fluxo de caixa	(6.013)	-	-	-	-	(6.013)
Ajuste a valor justo - Hedge de valor justo	17.088	-	-	-	-	17.088
Aquisição de controlada	-	-	-	-	422	422
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.519.416	1.208.045	606.589	-	30.497	4.364.547
Adições/Apropriação de juros	109.082	81.428	26.728	28.504	1.947	247.689
Emissão/contratação	-	3.755.000	-	1.250.000	-	5.005.000
Operações de arrendamento mercantil	-	-	-	-	5.353	5.353
Custo de captação	-	(33.677)	-	-	-	(33.677)
Amortização de custo de captação	1.301	3.764	-	-	93	5.158
Amortização de juros	(160.227)	(39.092)	(28.598)	-	(856)	(228.773)
Amortização de principal	(3.301.846)	-	-	-	(10.859)	(3.312.705)
Variação cambial	-	-	174.900	-	-	174.900
Variação cambial - Hedge de valor justo	806.249	-	-	-	-	806.249
Variação cambial - Hedge de fluxo de caixa	6.534	-	-	-	-	6.534
Ajuste a valor justo - Hedge de valor justo	19.491	-	-	-	-	19.491
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	4.975.468	779.619	1.278.504	26.175	7.059.766
Em 31 de dezembro de 2020						
Circulante	-	42.469	872	28.504	7.556	79.401
Não circulante	-	4.932.999	778.747	1.250.000	18.619	6.980.365
Saldo contábil	-	4.975.468	779.619	1.278.504	26.175	7.059.766
Em 31 de dezembro de 2019						
Circulante	2.519.416	8.537	1.984	-	8.056	2.537.993
Não circulante	-	1.199.508	604.605	-	22.441	1.826.554
Saldo contábil	2.519.416	1.208.045	606.589	-	30.497	4.364.547

Debêntures

	Taxa contratual	Quantidade	Valor nominal unitário em R\$	Total da emissão
2ª emissão (série única)	102,80% CDI	120.000	10.000,00	1.200.000
3ª emissão (série única)	CDI + 1,75% a.a.	355.000	10.000,00	3.550.000
4ª emissão (série DI)	CDI + 1,30% a.a.	41.775	1.000,00	41.775
4ª emissão (série IPCA)	IPCA + 3,90% a.a.	163.225	1.000,00	163.225

A segunda emissão tem amortização total em maio de 2022, pagamento de juros semestrais (maio e novembro) e cláusula de resgate e amortização antecipada mediante o pagamento de prêmio de 0,10% ao ano pelo prazo remanescente das debêntures. A escritura foi emitida com prazo de 30 anos com cláusula de repactuação programada em maio de 2022. A terceira emissão possui amortizações em agosto de 2022, agosto de 2023 e agosto de 2024, pagamento de juros semestrais (fevereiro e agosto) e cláusula de resgate e amortização antecipada mediante o pagamento de prêmio de 0,55% ao ano pelo prazo remanescente das debêntures. A quarta emissão possui duas séries designadas como série DI e série IPCA, a série DI possui amortização final em dezembro de 2030, e a série IPCA possui amortizações iguais em dezembro de 2028, dezembro de 2029 e dezembro de 2030, ambas possuem pagamento de juros mensais e prêmio de 0,65% ao ano pelo prazo remanescente das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor da segunda, terceira e quarta emissão é de R\$1.203.292, R\$3.567.060 e R\$205.116, respectivamente (R\$1.208.045 em 31 de dezembro de 2019 para a segunda emissão), sendo o cronograma de pagamentos e as obrigações estabelecidas na escritura de emissão integralmente honrados, não havendo quaisquer eventos de inadimplemento até a respectiva data.

Empréstimos com subsidiária – CETIP Lux

Em dezembro de 2020, houve a repactuação por mais 2 anos de um dos contratos de empréstimos no montante de US\$64.493 com pagamento de juros trimestrais e taxa de juros de 2,3% ao ano. Atualmente, os contratos de empréstimos possuem prazo médio ponderado de aproximadamente 2,6 anos com amortização de principal em janeiro e setembro de 2023, nos montantes de US\$64.493 e US\$404.800, respectivamente. A taxa média ponderada de juros dos empréstimos é de aproximadamente 3,34% ao ano, com fluxo de juros anual, semestral ou trimestral.

Empréstimos bancários

Em agosto de 2020, o empréstimo denominado CETIP Lux I, no montante de US\$100.000 com pagamento de juros trimestrais e taxa de juros de aproximadamente 3,6% ao ano foi repactuado por mais 2 anos e taxa de aproximadamente 2,5% ao ano.

Em setembro de 2019, a CETIP Lux contratou novo empréstimo bancário no valor de US\$50.000, com prazo de 4 anos, pagamento de juros trimestrais e taxa de juros de 3,47% ao ano. O valor foi integralmente utilizado para pagamento de empréstimo vincendo.

Os contratos de empréstimos contam com a garantia fidejussória da B3 e estabelecem que a CETIP Lux deverá manter patrimônio líquido mínimo durante a vigência do contrato e, caso a empresa descumpra com essa cláusula, isso pode acarretar o vencimento antecipado do empréstimo. No exercício, não houve descumprimento da cláusula.

Cédula de crédito bancário

Em junho de 2020, a B3 captou de recursos através da emissão de uma cédula de crédito bancário em favor de uma instituição financeira de baixo risco de crédito, a taxa e valor nominal de CDI +2,50% ao ano, e R\$1.250.000, respectivamente, amortização total em julho de 2023 e pagamento de juros semestrais.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor da cédula de crédito bancário era de R\$1.278.504, sendo o cronograma de pagamentos e as obrigações estabelecidas no contrato de empréstimo integralmente honrados, não havendo quaisquer eventos de inadimplemento até a respectiva data.

10 Outras obrigações

Descrição	B3		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Circulante				
Obrigações com operações compromissadas (1)	-	-	705.139	373.073
Depósitos a vista (2)	-	-	249.588	180.819
Valores a repassar - Tesouro Direto	58.872	40.524	58.872	40.524
Valores a pagar - CME/ICE	61.224	40.920	58.040	40.920
Valores a repassar - Incentivos	27.984	41.880	27.984	41.880
Recompra a liquidar - Ações em tesouraria	24.780	-	24.780	-
Valores a repassar - Câmara de arbitragem	19.774	4.675	19.774	4.675
Parcelas futuras (3)	19.582	23.717	19.582	23.717
Repasse de sinergia	24.969	23.964	16.731	23.964
Outros	26.555	23.500	56.045	74.975
Total	263.740	199.180	1.236.535	804.547
Não circulante				
Parcelas futuras (3)	21.412	18.996	21.412	18.996
Valores a pagar - CME/ICE	5.326	8.105	5.326	8.105
Outros	-	-	715	900
Total	26.738	27.101	27.453	28.001

(1) Referem-se às captações no mercado aberto efetuadas pelo Banco B3, compostas por compromissos de recompra para 4 de janeiro de 2021 (2019 – 2 de janeiro de 2020), com lastro em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), Letras do Tesouro Nacional (LTN) e Notas do Tesouro Nacional (NTN) série B.

(2) Referem-se a depósitos à vista mantidos por pessoas jurídicas no Banco B3, com finalidade exclusiva para liquidação de ajustes e posições de operações realizadas no âmbito da B3 e Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), nos termos da Carta Circular do Banco Central do Brasil nº 3.196, de 21 de julho de 2005.

(3) Referem-se ao saldo remanescente devido pela aquisição do Portal de Documentos. O valor justo das parcelas futuras é revisado e calculado através do Método de Montecarlo (MMC).

11 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, ativos e passivos contingentes, depósitos judiciais e outras

Prática contábil

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25/IAS 37.

As provisões são reconhecidas quando: (i) a B3 tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor possa ser estimado de forma confiável.

Os passivos contingentes não são reconhecidos, pois não se espera que saídas de recursos sejam requeridas para sua liquidação ou não seja possível mensurar o montante da obrigação com confiabilidade, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível. Em casos relevantes em que a probabilidade de perda seja classificada como remota, a B3 possui como prática a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras em decorrência das incertezas sobre as suas realizações.

a. Contingências ativas

A B3 não possui nenhum ativo contingente reconhecido em seu balanço, assim como não possui, atualmente, processos judiciais que gerem expectativa de ganhos futuros relevantes.

b. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A B3 e suas controladas figuram como rés em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são classificados por probabilidade de perda em provável, possível e remota, mediante avaliação efetuada nos termos das diretrizes de avaliação de contingências da B3 e submetida ao Comitê de Auditoria.

Os processos em que as expectativas de perda são prováveis compõem-se principalmente, da forma descrita a seguir:

- (i) Os processos trabalhistas, em sua maioria, referem-se a reclamações apresentadas por ex-empregados da B3 e funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados, em razão do suposto descumprimento de normas trabalhistas.
- (ii) Os processos cíveis versam sobre questões atinentes à responsabilidade civil da B3 e suas controladas; bem como sobre o cancelamento de cotas de ex-associados da então CETIP Associação.

- (iii) Os processos tributários para os quais há provisões versam (i) sobre a incidência de PIS e COFINS sobre receitas da B3; (ii) autos de infração de ISS, referente às atividades do segmento Balcão desenvolvidas pela antiga CETIP, nos meses de maio a dezembro de 2016.

c. Obrigações legais

As obrigações legais são representadas por três grupos de processos nos quais a B3 e suas controladas postulam (i) a não incidência de contribuição previdenciária adicional sobre a folha de pagamentos e pagamentos feitos a autônomos; (ii) a inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo da COFINS pela Lei 9.718; e (iii) a não incidência de ISS sobre a atividade de permanência, registro de títulos e outros serviços.

d. Outras provisões

A B3 possui contratos que preveem o pagamento de honorários advocatícios de sucesso decorrentes de processos tributários, cíveis e trabalhistas dos quais figuram no polo passivo. A B3, dentro de sua melhor estimativa, apurou e provisionou os montantes para os quais entende que existe a expectativa de desembolso futuro, advindos dos honorários advocatícios de sucesso decorrentes dos processos classificados com probabilidades de perda possível e remota.

e. Movimentação dos saldos

A movimentação das provisões e das obrigações legais está detalhada abaixo.

Movimentação	Obrigações					B3
	Cíveis (1)	Trabalhistas	Legais	Tributárias (2)	Outras provisões	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	427.980	32.808	164.717	24.053	64.587	714.145
Provisões	378	4.425	9.818	4.076	13.800	32.497
Utilização de provisões	(3)	(4.626)	-	(4.088)	(3.877)	(12.594)
Reversão de provisões	-	(3.442)	-	-	(416)	(3.858)
Reavaliação dos riscos	-	(600)	-	12	-	(588)
Atualização	120.323	3.069	10.070	678	2.557	136.697
Saldos em 31 de dezembro de 2019	548.678	31.634	184.605	24.731	76.651	866.299
Provisões	6.448	1.511	14.072	35.667	7.540	65.238
Utilização de provisões	(147.513)	(1.812)	-	(16.035)	(7.927)	(173.287)
Reversão de provisões	(367.727)	(227)	-	-	(7.627)	(375.581)
Reavaliação dos riscos	(1)	(622)	-	-	-	(623)
Atualização	131.896	3.566	4.947	2.342	5.944	148.695
Saldos em 31 de dezembro de 2020	171.781	34.050	203.624	46.705	74.581	530.741

Movimentação	Consolidado					Total
	Cíveis (1)	Trabalhistas	Obrigações Legais	Tributárias (2)	Outras provisões	
SalDOS em 31 de dezembro de 2018	427.980	32.820	164.779	24.301	71.163	721.043
Provisões	378	4.425	9.880	4.081	13.923	32.687
Utilização de provisões	(3)	(4.640)	-	(4.345)	(7.239)	(16.227)
Reversão de provisões	(30)	(3.451)	-	-	(453)	(3.934)
Reavaliação dos riscos	32	(600)	-	12	-	(556)
Atualização	120.325	3.071	10.078	682	2.868	137.024
Aquisição de controladas	122	15	36	-	-	173
SalDOS em 31 de dezembro de 2019	548.804	31.640	184.773	24.731	80.262	870.210
Provisões	6.463	1.511	14.228	36.109	7.565	65.876
Utilização de provisões	(147.580)	(1.812)	-	(16.133)	(7.927)	(173.452)
Reversão de provisões	(367.767)	(227)	-	-	(7.664)	(375.658)
Reavaliação dos riscos	(1)	(622)	-	10	-	(613)
Atualização	131.906	3.567	4.952	2.350	6.726	149.501
SalDOS em 31 de dezembro de 2020	171.825	34.057	203.953	47.067	78.962	535.864

- (1) Em agosto de 2020, a B3 protocolou um acordo para encerramento do processo ajuizado pela Massa Falida da Corretora Spread implicando no pagamento de R\$141.192 e na reversão da provisão no valor de R\$268.064 registrada no resultado (R\$82.068 em despesa e R\$185.996 na receita por se tratar de registros de períodos anteriores), que representa a diferença do valor provisionado à época do acordo e o valor efetivamente pago pelo acordo firmado.

Em dezembro de 2020, em decorrência do julgamento favorável à B3, realizado pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em que foram acolhidas as principais teses de defesa, o processo ajuizado por ex-cotista da então CETIP Associação no montante de R\$99.663, teve o seu prognóstico de perda modificado de provável para possível e consequentemente a reversão da provisão registrada no resultado (R\$16.055 em despesa e R\$83.608 em receita por se tratar de registros de períodos anteriores).

- (2) A B3 passou a atribuir risco de perda provável aos autos de infração de ISS, referente às atividades do segmento Balcão desenvolvidas pela antiga CETIP, nos meses de maio a dezembro de 2016, resultando em provisão no valor de R\$35.667.

A B3 possuía duas ações em que pleiteava a não inclusão dos juros sobre capital próprio nas bases de cálculo de PIS e COFINS. Em junho de 2020, o trânsito em julgado desfavorável resultou na utilização de provisão no valor de R\$16.035. Os valores em discussão encontravam-se depositados (Nota 11(h)).

De acordo com a característica das provisões, não há previsão para o momento do desembolso de caixa, se ocorrer.

f. Perdas possíveis

Os processos enquadrados na categoria de perda possível são assim classificados em decorrência de incertezas geradas quanto a seu desfecho. São ações judiciais ou procedimentos administrativos para cujo objeto ainda não foi estabelecida jurisprudência ou que dependem de verificação e análise dos fatos ou, ainda, que apresentam aspectos específicos que reduzem a probabilidade de êxito.

A B3 e suas controladas possuem ações de natureza cível, tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis, com base na avaliação do departamento jurídico da B3 e de seus consultores externos, para os quais não há provisão constituída. Esses processos compõem-se principalmente da forma descrita a seguir.

- (i) Os processos trabalhistas referem-se, em sua maioria, a reclamações apresentadas por ex-empregados da B3 e ex-empregados de empresas prestadoras de serviços terceirizados, em razão do suposto descumprimento de normas trabalhistas. O valor envolvido nos processos classificados como possíveis em 31 de dezembro de 2020 é de R\$13.851 na B3 (R\$13.356 em 31 de dezembro de 2019) e R\$14.652 no consolidado (R\$13.708 em 31 de dezembro de 2019).
- (ii) Substancialmente, os processos cíveis versam sobre questões atinentes à responsabilidade civil da B3, bem como sobre o cancelamento de cotas de ex-associados da então CETIP Associação. O valor total de perdas classificadas como possíveis relacionadas a processos cíveis em 31 de dezembro de 2020 é de R\$213.458 na B3 (R\$81.697 em 31 de dezembro de 2019) e R\$227.847 no consolidado (R\$81.726 em 31 de dezembro de 2019).
- (iii) O valor total envolvido nos processos tributários classificados como perdas possíveis é de R\$12.677.629 na B3 (R\$473.236 em 31 de dezembro de 2019) e R\$12.678.469 no consolidado (R\$473.841 em 31 de dezembro de 2019). Os principais processos tributários da B3 e de suas controladas referem-se às questões descritas a seguir.
- A B3 recebeu entre os anos de 2010 e 2019, quatro autos de infração da Receita Federal do Brasil questionando a amortização, para fins fiscais, do ágio gerado quando da incorporação de ações da Bovespa Holding S.A. pela B3 em maio de 2008. Em 15 de maio de 2020, foi proferida sentença desfavorável na ação anulatória movida pela B3 no processo descrito no item (1), razão pela qual a B3 passou a atribuir risco de perda possível aos processos que discutem a amortização fiscal do ágio (anteriormente atribuído como risco remoto). Abaixo destacamos os valores envolvidos em cada um dos procedimentos fiscais:

Período de amortização fiscal questionado	Valores dos processos administrativos
	2020
2008 e 2009 (1)	1.358.094
2010 e 2011 (2)	2.752.174
2012 e 2013 (3)	3.444.207
2014, 2015 e 2016 (4)	4.353.638
Total	11.908.113

(1) A B3 recorreu ao Poder Judiciário, por meio de Ação Anulatória distribuída em 23 de abril de 2018, contra decisão desfavorável à B3 na Câmara Superior de Recursos Fiscais do CARF proferida no auto de infração lavrado em 29 de novembro de 2010. Em 12 de junho de 2018, foi concedida liminar suspendendo a exigibilidade do crédito tributário. Em 15 de maio de 2020, foi proferida sentença desfavorável na ação anulatória. Em 22 de maio de 2020, foram opostos Embargos de Declaração, os quais foram julgados de forma desfavorável. Em 02 de outubro de 2020, a Execução Fiscal foi ajuizada. Em 27 de outubro de 2020, o Pedido de Tutela Recursal foi deferido pelo TRF1 e a exigibilidade do crédito tributário foi suspensa. Atualmente, aguarda-se a apreciação do pedido de extinção da execução fiscal, em razão da suspensão da exigibilidade do crédito tributário, e o julgamento do Recurso de Apelação (Ação Anulatória).

(2) Em 22 de junho de 2017, o CARF proferiu decisão dando provimento ao Recurso Voluntário apresentado pela B3. Em 11 de agosto de 2019, a CSRF proferiu decisão desfavorável à B3 ao dar provimento ao Recurso Especial interposto pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Foi determinado o retorno dos autos à Câmara Baixa para julgamento de matérias subsidiárias, não apreciadas no julgamento do Recurso Voluntário. Atualmente, aguarda-se o novo julgamento pela Câmara Baixa, período no qual o débito permanece com a exigibilidade suspensa.

(3) Em outubro de 2017, a B3 apresentou a competente impugnação administrativa, que foi julgada de forma desfavorável à B3 pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ), que manteve o auto de infração. Em 16 de outubro de 2019, a Câmara Baixa do CARF proferiu decisão dando provimento ao Recurso Voluntário apresentado pela B3.

(4) Em novembro de 2019, a B3 apresentou a competente impugnação administrativa, que foi julgada, em 10 de junho de 2020, de forma desfavorável à B3 pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ). Atualmente, aguarda-se o julgamento do Recurso Voluntário apresentado pela B3 ao CARF.

A B3 constitui passivo fiscal diferido sobre a diferença temporária entre a base fiscal do ágio e o valor contábil (Nota 16).

- Enquadramento da antiga Bovespa, em período anterior às operações de desmutualização, como sujeito passivo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), que é objeto de ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária em face da União Federal, na qual a antiga bolsa pleiteia a não incidência da referida contribuição social sobre as receitas decorrentes do exercício das atividades para a qual foi constituída, receitas estas que não se enquadram no conceito de faturamento. O valor envolvido na referida ação, em 31 de dezembro de 2020, é de R\$55.994 (R\$55.363 em 31 de dezembro de 2019).
- Cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), relativo ao ano calendário de 2008, em decorrência de entendimento da Receita Federal do Brasil (RFB) no sentido de que a B3 seria responsável pela retenção e recolhimento do IRRF incidente sobre o suposto ganho de capital auferido pelos investidores não residentes da Bovespa Holding S.A., em razão da incorporação de ações desta companhia pela B3. Em 26 de novembro de 2018, a B3 recorreu ao Poder Judiciário contra a decisão da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), que manteve o referido auto de infração, tendo obtido decisão liminar suspendendo a exigibilidade do crédito tributário. O valor envolvido no referido processo administrativo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$233.947 (R\$231.199 em 31 de dezembro de 2019).
- Auto de infração de IRPJ e CSLL no qual é questionado o cálculo do ganho de capital apurado quando da alienação, em 2015, de 20% das ações da CME detidas pela então BM&FBOVESPA. De acordo com a autoridade fiscal, o valor da variação cambial do investimento registrado contabilmente não poderia ter sido utilizado como custo de aquisição para fins de apuração do ganho de capital tributável. A B3 apresentou a competente impugnação administrativa, que foi julgada, em 18 de dezembro de 2020, de predominantemente improcedente pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento

(DRJ). A B3 apresentará Recurso Voluntário ao CARF no prazo regulamentar. O valor envolvido no referido processo administrativo, em 31 de dezembro de 2020, é de R\$332.724.

g. Perdas remotas

A B3 figurou como ré em 3 (três) ações populares e 2 (duas) ações civis públicas, ajuizadas em face da então BM&F, com a finalidade de apurar supostos prejuízos ao Erário decorrentes de operações realizadas pelo Banco Central do Brasil em janeiro de 1999 no mercado futuro de dólar. Atualmente, apenas 4 (quatro) desses processos permanecem ativos contra a B3. Em março de 2012, as referidas demandas haviam sido julgadas procedentes em primeira instância para condenar a maioria dos réus nestes processos, dentre eles a então BM&F. As condenações somadas atingiam o montante de R\$7.005 milhões, dos quais, segundo uma das decisões proferidas, poderiam ser deduzidos os ganhos que o Banco Central do Brasil obteve em razão da não utilização de reservas internacionais, no montante de até R\$5.431 milhões. A B3 também havia sido condenada ao pagamento de multa civil no valor de R\$1.418 milhões. Em junho de 2017, o Tribunal Regional Federal decidiu favoravelmente aos recursos de apelação interpostos pela B3, revertendo as sentenças, para afastar a responsabilidade pelo ressarcimento dos eventuais danos sofridos pelo Erário. O MPF apresentou recursos especiais e um recurso extraordinário contra os acórdãos que reverteram as condenações em todos os processos. Um dos recursos especiais apresentados pelo MPF foi analisado e inadmitido por decisão já transitada em julgado favoravelmente à B3. Os demais recursos especiais e o recurso extraordinário foram admitidos para julgamento pelo STJ e do STF, respectivamente. Todos os valores reportados nesse item são valores históricos referentes a janeiro de 1999 e seriam corrigidos monetariamente, acrescidos de juros moratórios, e de verbas de sucumbência.

h. Depósitos judiciais

Prática contábil

Os depósitos judiciais são vinculados a processos judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Descrição	B3		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Obrigações legais (1)	165.073	160.927	165.073	160.927
Tributárias (2)	78.935	93.728	79.147	93.926
Trabalhistas	15.580	13.048	15.739	13.200
Cíveis	7.199	6.930	7.199	6.937
Total	266.787	274.633	267.158	274.990

(1) Do total de depósitos relativos às obrigações legais, R\$136.328 (R\$130.956 em 31 de dezembro de 2019) referem-se à ação que discute a não incidência de ISS sobre a atividade de permanência, registro de títulos e outros serviços (Nota 11(f)).

(2) Do total dos depósitos judiciais tributários da B3, merece destaque aquele no valor de R\$55.994 (R\$55.363 em 31 de dezembro de 2019) referente ao processo que discute o enquadramento da antiga Bovespa como sujeito passivo da COFINS, classificados pela B3 como de perda

possível (Nota 11(f)). A B3 possuía duas ações em que pleiteava não inclusão dos juros sobre capital próprio nas bases de cálculo do PIS e da COFINS. O trânsito em julgado desfavorável resultou na reversão nos depósitos tributários no valor de R\$16.035 (R\$15.892 em 31 de dezembro de 2019) (Nota 11(e)).

Destacamos que o saldo de depósitos judiciais tributários abarca, além dos processos classificados como de perda provável e obrigações legais, aqueles classificados como de risco de perda possível.

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 05 de março de 2020, foi aprovado o aumento do capital social da B3 no valor de R\$9.000.000, passando o novo capital social a compor o montante de R\$12.548.655 (R\$3.548.655 em 31 de dezembro de 2019) e está representado por 2.059.138.490 ações ordinárias nominativas com direito a voto e sem valor nominal das quais, 2.034.175.662 estavam em circulação em 31 de dezembro de 2020 (2.046.098.617 em 31 de dezembro de 2019).

O aumento de capital foi realizado mediante a capitalização de parcela das reservas de capital, sem a emissão de novas ações, trata-se de transferência dentro do próprio patrimônio líquido, sem outras consequências jurídicas e econômicas, visando balancear a proporção entre as contas de capital do patrimônio líquido da B3.

A B3 está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 2.500.000.000 de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária.

b. Ações em tesouraria

Prática contábil

Quando ocorrem recompras de ações da B3, o valor da contraprestação paga e quaisquer custos diretamente atribuíveis, líquidos dos efeitos tributários, são registradas em conta específica redutora do patrimônio líquido e classificadas como ações em tesouraria. Quando as ações em tesouraria são alienadas ou transferidas aos beneficiários dos Planos de Ações e Opções de Ações, o valor da contraprestação recebida é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e eventual ganho ou perda resultante da transação é registrado como reserva de capital.

Programa de recompra de ações

Em reunião realizada em 05 de março de 2020, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de Ações da B3, com início em 06 de março de 2020 e término em 28 de fevereiro de 2021. O limite de ações que poderá ser adquirido pela B3 é de 21.700.000 ações ordinárias, que representam 1,06% do total de ações em circulação. Até 31 de dezembro de 2020, a B3 adquiriu 13.519.100 ações, o que representa 62,3% do total previsto no Programa de Recompra de Ações.

As ações adquiridas no âmbito do Programa de Recompra de Ações poderão ser canceladas ou utilizadas para atender à transferência de ações aos beneficiários do Plano de Ações.

A seguir demonstramos a movimentação das ações em tesouraria no exercício.

Movimentação	Quantidade	Valor
Saldos em 31 de dezembro de 2018	14.922.683	165.635
Aquisição de ações - Programa de Recompra	1.962.800	75.531
Ações alienadas – Plano de ações e opções de ações	(3.845.610)	(44.547)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	13.039.873	196.619
Aquisição de ações - Programa de Recompra	15.719.100	798.185
Ações alienadas – Plano de ações e opções de ações	(3.796.145)	(78.172)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	24.962.828	916.632
Custo médio das ações em tesouraria (R\$ por ação)		36,72
Valor de mercado das ações em tesouraria		1.547.196

c. Reservas de reavaliação

Constituídas em decorrência das reavaliações de obras de arte da B3 e dos imóveis da controlada BVRJ em 2007, com base em laudos de avaliação firmados por peritos avaliadores independentes.

d. Reserva de capital

Refere-se, substancialmente, aos valores originados quando da incorporação das ações da Bovespa Holding e da CETIP, em 2008 e 2017, respectivamente, e a outros eventos societários permitidos pela Lei das Sociedades por Ações, tais como (i) incorporação ao capital social; (ii) resgate, reembolso ou compra de ações; e (iii) eventos associados ao plano de opção de ações e plano de ações.

e. Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva legal não está sendo constituída em função de seu valor somado ao valor das reservas de capital ultrapassar 30% do capital social.

(ii) Reservas estatutárias

As reservas estatutárias possuem a finalidade de compor fundos e mecanismos de salvaguarda necessários para o adequado desenvolvimento das atividades da B3, assegurando a boa liquidação e o ressarcimento de prejuízos decorrentes da intermediação de operações realizadas em seus pregões

e/ou registradas em quaisquer de seus sistemas de negociação, registro, compensação e liquidação e nos serviços de custódia.

Conforme disposição estatutária, o Conselho de Administração poderá, caso considere o montante da reserva estatutária suficiente para o atendimento de suas finalidades, propor que parte dos valores integrantes da referida reserva seja revertida para a distribuição aos acionistas da B3.

f. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Prática contábil

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da B3 é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras nas datas de aprovação do Conselho de Administração, com base no estatuto social da B3. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação societária.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados referentes ao resultado do exercício estão demonstrados no quadro a seguir.

Provento	Data de deliberação	Data de pagamento	Bruto por ação (R\$)	Valor total bruto	Efeito do IR/CS
JCP	05/03/2020	07/04/2020	0,143375	293.000	(99.620)
JCP	25/06/2020	07/08/2020	0,146798	300.000	(102.000)
JCP	21/09/2020	07/10/2020	0,147871	302.000	(102.680)
Dividendos	21/09/2020	07/10/2020	0,648743	1.324.940	-
JCP	10/12/2020	08/01/2021	0,146922	298.865	(101.614)
Dividendos	10/12/2020	08/01/2021	0,410478	834.985	-
Total referente ao exercício de 2020				3.353.790	(405.914)
JCP	21/03/2019	05/04/2019	0,192951	395.000	(134.300)
JCP	19/06/2019	17/07/2019	0,190469	389.999	(132.600)
Dividendos	27/06/2019	17/07/2019	0,103203	211.150	-
JCP	19/09/2019	07/10/2019	0,188189	385.000	(130.900)
Dividendos	19/09/2019	07/10/2019	0,129420	264.770	-
JCP	12/12/2019	13/01/2020	0,190118	389.000	(132.260)
Dividendos	12/12/2019	13/01/2020	0,163726	335.000	-
Dividendos	05/03/2020	07/04/2020	0,168452	344.247	-
Dividendos extraordinários	05/03/2020	07/05/2020	0,318068	650.000	-
Total referente ao exercício de 2019				3.364.166	(530.060)

Em 04 de março de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração a proposta de pagamento de dividendos adicionais no valor total de R\$1.988.212 (Nota 22).

g. Lucro por ação**Prática contábil**

Para fins de divulgação do lucro por ação, o lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à B3, disponível aos acionistas pela quantidade média de ações em aberto durante o período; já o lucro por ação diluído é calculado de maneira similar ao lucro por ação básico, exceto pelo fato de que as quantidades de ações em circulação são ajustadas para refletir ações adicionais em circulação caso as ações com potencial de diluição, atribuíveis a opções de compra de ações, tivessem sido emitidas durante os períodos respectivos.

Básico	Consolidado	
	2020	2019
Numerador		
Lucro líquido disponível para os acionistas da B3	4.152.304	2.714.166
Denominador		
Média ponderada de ações em circulação	2.042.837.665	2.046.501.966
Lucro por ação básico (em R\$)	2,032616	1,326246

Diluído	Consolidado	
	2020	2019
Numerador		
Lucro líquido disponível para os acionistas da B3	4.152.304	2.714.166
Denominador		
Média ponderada de ações em circulação ajustada pelos efeitos dos planos de ações e de opções de ações	2.048.413.967	2.053.623.408
Lucro por ação diluído (em R\$)	2,027082	1,321647

13 Transações com partes relacionadas**a. Transações e saldos com partes relacionadas**

A B3 possui política de transações com partes relacionadas e demais situações de potencial conflito de interesses (Política), aprovada pelo Conselho de Administração, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista os interesses da B3 e de seus acionistas, em observância às regras e à legislação pertinentes em vigor.

Na negociação e na celebração de transações com partes relacionadas, são observados os mesmos princípios e procedimentos que norteiam negociações feitas pela B3 com partes independentes.

A B3 busca assegurar, por meio dos procedimentos estabelecidos na Política, que todas as decisões que possam conferir um benefício privado a qualquer pessoa com influência relevante, membros

B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

próximos de sua família, entidades ou pessoas a eles relacionadas sejam tomadas com total lisura, respeitando o interesse da B3.

Toda transação entre partes relacionadas ou em que tenha sido identificado potencial conflito de interesses envolvendo pessoa com influência relevante são formalizadas observando os seguintes critérios:

- (a) bases das transações em Condições de Mercado;
- (b) descrição dos termos da transação; e
- (c) aderência à Norma de Compras, se aplicável.

Os saldos e as principais transações recorrentes com partes relacionadas estão descritos a seguir.

Descrição	Ativo / (passivo)		Receita / (despesa)	
	2020	2019	2020	2019
Banco B3				
Contas a receber	1.440	1.143	-	-
Juros sobre o capital próprio a receber	3.391	4.675	-	-
Contas a pagar	(215)	(199)	-	-
Ressarcimento de despesas	-	-	15.252	14.265
Receita com taxa	-	-	284	203
Despesa com taxa	-	-	(2.220)	(2.327)
Proventos	-	-	3.990	10.646
CETIP Lux				
Contas a pagar	(2.455.555)	(1.902.517)	-	-
Juros sobre empréstimos	-	-	(97.848)	(78.996)
Variação cambial de empréstimos	-	-	(537.670)	(71.934)
BSM				
Contas a receber	268	195	-	-
Contas a pagar	(900)	(430)	-	-
Doação e contribuição	-	-	(22.399)	(21.126)
Ressarcimento de despesas	-	-	2.914	2.718
BVRJ				
Contas a receber	-	1	-	-
Contas a pagar	-	(45)	-	-
Ressarcimento de despesas	-	-	6	4.604
UK Ltd.				
Contas a pagar	(521)	-	-	-
Despesas de serviços	-	-	(3.645)	(2.882)

Descrição	Ativo / (passivo)		Receita / (despesa)	
	2020	2019	2020	2019
B3 Social				
Contas a receber	-	2	-	-
Ressarcimento de despesas	-	-	2	26
Doações	-	-	(7.400)	-
Associação BM&F				
Contas a receber	34	6	-	-
Ressarcimento de despesas	-	-	109	80
Despesas com cursos	-	-	(101)	(94)
Doações	-	-	-	(5.000)
CETIP Info				
Contas a receber	3.199	4	-	-
Ressarcimento de despesas	-	-	8.835	43
Proventos	-	-	40.812	34.475
BLK				
Contas a receber	1.950	68	-	-
Ressarcimento de despesas	-	-	385	-
Juros sobre empréstimos	-	-	53	-
Receitas diversas	-	-	1.042	609
Portal de Documentos				
Contas a pagar	-	(1)	-	-
Ressarcimento de despesas	-	-	88	-
Despesas diversas	-	-	(1.386)	(108)
Outras partes relacionadas				
Contas a receber	147	28	-	-
Contas a pagar	(2)	(3)	-	-
Ressarcimento de despesas	-	-	566	158
Receitas diversas	-	-	287	-
Doações	-	-	(50)	(50)
Despesas diversas	-	-	(16)	(73)

A BSM Supervisão de Mercados (BSM) é uma associação civil sem finalidade lucrativa que, contando com Conselho de Supervisão e estrutura funcional independentes das utilizadas por suas associadas, exerce as atividades de autorregulação dos mercados organizados de valores mobiliários em consonância com a Instrução CVM 461/07. É função da BSM analisar, supervisionar e fiscalizar as operações e as atividades das sociedades dos participantes de negociação e dos agentes que desenvolvem atividades de compensação e liquidação de operações e/ou de custódia que atuam nos mercados de bolsa e de balcão organizado administrados pela B3, além de administrar o Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos (MRP) e administrar o patrimônio residual e gerir os processos judiciais em curso que envolvem o Fundo de Garantia da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (FGBVRJ).

A B3 possui um acordo de transferência e de recuperação de custos firmado com a BSM, o qual prevê o reembolso à B3 do valor pago por conta de despesas relativas à contratação de recursos e à infraestrutura, disponibilizados à BSM para auxílio na execução de suas atividades de supervisão. Tais custos são apurados mensalmente de acordo com metodologia definida em contrato firmado entre as partes e englobam as atividades relacionadas ao Mecanismo de Ressarcimento de Prejuízos (MRP), uma vez que esse mecanismo é administrado pela BSM.

A B3 faz contribuições com a finalidade de complementar o financiamento das atividades da BSM, bem como transferências regulares de multas por falha de liquidação financeira e entrega de ativos, realizadas conforme estabelecido no Ofício Circular 044/2013-DP da B3. Desde 2013 até 31 de dezembro de 2020, a B3 transferiu para a BSM cerca de R\$121.311 em contribuições e multas por falha de liquidação financeira.

Em dezembro de 2019, a B3 constituiu em favor da Associação BM&F usufruto sobre determinados títulos públicos de sua propriedade. O usufruto visa assegurar o repasse dos rendimentos pela B3, na qualidade de associada honorária, para o custeio das atividades desenvolvidas pela Associação pelo período de três anos a contar da data de assinatura do contrato.

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros e Diretores Estatutários.

Benefícios a administradores	Consolidado	
	2020	2019
Administradores		
Benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, etc.)	40.093	36.743
Remuneração baseada em ações (1)	73.189	83.532
Conselho da Administração		
Benefícios de curto prazo (honorários e encargos sociais)	10.755	10.448
Remuneração baseada em ações (1)	9.610	7.319

(1) Refere-se às despesas apuradas no exercício relativas à remuneração baseada em ações, acrescidas de encargos trabalhistas e previdenciários do pessoal-chave da administração, despesas estas reconhecidas conforme critérios descritos na Nota 15.

14 Garantia das operações

Prática contábil

Mensuradas ao custo amortizado, as garantias são valores recebidos dos participantes do mercado como garantia contra a inadimplência ou insolvência. Montantes recebidos em dinheiro são registrados como um passivo e demais garantias, que não em dinheiro, são controladas gerencialmente. Ambos os tipos de garantias recebidas não estão sujeitos a juros ou quaisquer outros encargos.

A B3, atuando como contraparte central garantidora dos mercados de derivativos, de câmbio e de renda variável, administra duas câmaras de compensação e liquidação consideradas sistemicamente importantes pelo Banco Central do Brasil: as câmaras B3 e de Câmbio.

As atividades desenvolvidas pelas câmaras são amparadas pela Lei 10.214/01, que autoriza a compensação multilateral de obrigações, determina o papel de contraparte central das câmaras sistemicamente importantes e permite a utilização das garantias prestadas por participantes inadimplentes para a liquidação de suas obrigações no âmbito das câmaras, inclusive nos casos de insolvência civil, concordata, intervenção, falência e liquidação extrajudicial.

Por intermédio de suas câmaras, a B3 atua como contraparte central garantidora dos mercados de derivativos (futuros, termo, opções e *swaps*), de câmbio (dólar pronto), e de renda variável (operações a vista, termo, opções, futuros e empréstimo de títulos). Ao exercer o papel de *clearing*, a B3 torna-se responsável pela liquidação das operações realizadas e/ou registradas em seus sistemas, na forma dos regulamentos em vigor.

A atuação da B3 como contraparte central a expõe ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação. Caso um participante não realize os pagamentos devidos ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações.

As câmaras não apresentam exposição direta ao risco de mercado, uma vez que não possuem posições liquidamente compradas ou vendidas nos diversos contratos e ativos negociados. No entanto, o aumento da volatilidade dos preços pode afetar a magnitude dos valores a serem liquidados pelos diversos participantes do mercado, podendo também elevar a probabilidade de inadimplência de tais participantes. Além disso, conforme já destacado, as câmaras são responsáveis pela liquidação das operações de participante que se torne inadimplente, o que pode resultar em perdas para a B3 caso os valores devidos superem o valor das garantias disponíveis. Assim, apesar da inexistência de exposição direta ao risco de mercado, este é capaz de impactar e potencializar os riscos de crédito assumidos.

Cada câmara conta com sistema de gerenciamento de risco e estrutura de salvaguardas próprios. A estrutura de salvaguardas de uma câmara representa o conjunto de recursos e mecanismos que podem ser por ela utilizados para a cobertura de perdas relacionadas à falha de liquidação de um ou mais participantes. Os referidos sistemas e estruturas encontram-se detalhadamente descritos nos regulamentos e nos manuais das respectivas câmaras, tendo sido objeto de testes e de homologação pelo Banco Central do Brasil, na forma da Resolução 2.882/01 do Conselho Monetário Nacional e da Circular 3.057/01 do Bacen.

As estruturas de salvaguardas das câmaras baseiam-se, em larga medida, no modelo de repartição de perdas denominado *defaulter pays*, no qual o montante de garantias depositadas por cada participante deve ser capaz de absorver, com elevado grau de confiança, as potenciais perdas associadas ao seu inadimplemento. Consequentemente, o valor exigido em garantia dos participantes constitui o elemento de maior importância na nossa estrutura de gerenciamento dos potenciais riscos de mercado advindos da atuação da B3 como contraparte central garantidora.

Para a maioria dos contratos e operações com ativos, o valor exigido em garantia é dimensionado para cobrir o risco de mercado do negócio, ou seja, sua volatilidade de preço, durante o horizonte de tempo

esperado para a liquidação das posições de um participante inadimplente. Esse horizonte de tempo pode variar de acordo com a natureza dos contratos e ativos negociados.

Os modelos utilizados para o cálculo da margem de garantia baseiam-se, de uma forma geral, no conceito de teste de estresse, isto é, metodologia que busca aferir o risco de mercado considerando não somente a volatilidade histórica recente dos preços, mas também a possibilidade de surgimento de eventos inesperados que modifiquem os padrões históricos de comportamento dos preços e do mercado em geral.

Na Câmara B3, a margem de garantia é definida pelo risco de encerramento de um portfólio. Para calcular o risco de encerramento de um portfólio com posições e garantias de múltiplos mercados e classes de ativos, a B3 desenvolveu uma medida de risco: *Close-Out Risk Evaluation* (CORE).

As operações nos mercados da B3 estão garantidas por depósitos de margem em dinheiro, títulos públicos e privados, cartas de fiança e ações, dentre outros. As garantias depositadas em dinheiro, no montante de R\$5.695.723 (R\$3.013.447 em 31 de dezembro de 2019), são registradas contabilmente no passivo em Garantias Recebidas em Operações. As demais garantias, no montante de R\$447.054.234 (R\$357.884.530 em 31 de dezembro de 2019), são controladas gerencialmente. Em 31 de dezembro de 2020, o total das garantias depositadas pelos participantes é de R\$452.749.957 (R\$360.897.977 em 31 de dezembro de 2019), composto, por câmara, conforme segue.

a. Garantias depositadas pelos participantes

Descrição	2020		2019	
	Câmara B3	Câmara de Câmbio	Câmara B3	Câmara de Câmbio
Títulos Públicos Federais	333.488.769	11.267.782	264.835.056	7.867.152
Ações	91.856.167	-	75.698.410	-
Títulos Internacionais (1)	6.290.604	-	4.894.286	-
Garantias depositadas em moeda	5.409.441	285.818	2.972.940	40.307
Cartas de Fiança	2.545.762	-	3.200.560	-
Certificados de Depósito Bancário (CDBs)	1.454.021	-	1.309.616	-
Ouro	71.979	-	17.373	-
Outros	79.614	-	62.277	-
Total	441.196.357	11.553.600	352.990.518	7.907.459

(1) Títulos dos governos norte-americano e alemão, bem como *American Depositary Receipt* (ADRs).

b. Outros mecanismos de salvaguarda

- (i) Garantia mínima não operacional (GMNO): o depósito de GMNO constitui requisito de acesso para os participantes de negociação pleno (PNP) e participantes de liquidação (PL) à câmara de compensação e liquidação B3 e os valores requeridos são definidos no manual de acesso da Câmara B3. A GMNO apresenta a posição abaixo:

Composição	2020	2019
Fundo de Investimento em cotas (FILCB)	951.196	923.737
Valores depositados	951.196	923.737
Valores requeridos dos participantes	874.573	833.185
Valor excedente ao mínimo requerido	76.623	90.552

- (ii) Fundo de Liquidação (FLI): os recursos do FLI são utilizados pela Câmara B3 para cobertura de perdas decorrentes de inadimplência de um ou mais membros de compensação (MC) perante a câmara, após o esgotamento das garantias depositadas pelos participantes sob responsabilidade dos MCs inadimplentes. Além da contribuição dos MCs ao FLI, existe também a contribuição da B3, que consiste em parcela destacada de seu patrimônio, alocada ao fundo. Essas contribuições são alocadas no Fundo de Investimento Liquidez da Câmara B3 (FILCB), que é formalmente constituído como um fundo de investimento, nos termos da regulação aplicável, administrado, gerido e custodiado pelo Banco B3.
- (iii) Fundo de Liquidação de Operações de Câmbio (FLOC), formado por garantias aportadas pelos participantes da Câmara de Câmbio e recursos da B3, destinados a garantir a boa liquidação das operações.

O FLI e o FLOC apresentam a composição descrita abaixo.

Descrição	2020		
	Câmara B3	Câmara de câmbio	Câmara de compensação e custódia
Títulos Públicos Federais	-	242.014	-
Títulos Públicos Federais da B3	-	136.339	-
Fundo de Investimento em cotas (FILCB) da B3	685.022	-	-
Fundo de Investimento em cotas (FILCB)	824.773	-	-
Garantias depositadas em moeda	-	200	-
Valores depositados	1.509.795	378.553	-
Valores requeridos dos participantes	758.918	119.050	-
Valores requeridos da B3	660.886	119.050	-
Valor excedente ao mínimo requerido	89.991	140.453	-
Patrimônio Especial (1)	177.548	83.893	86.039

B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	2019		
	Câmara B3	Câmara de câmbio	Câmara de compensação e custódia
Títulos Públicos Federais	-	277.022	-
Títulos Públicos Federais da B3	-	132.745	-
Fundo de Investimento em cotas (FILCB) da B3	671.456	-	-
Fundo de Investimento em cotas (FILCB)	799.486	-	-
Garantias depositadas em moeda	-	200	-
Valores depositados	1.470.942	409.967	-
Valores requeridos dos participantes	720.925	117.350	-
Valores requeridos da B3	636.111	117.350	-
Valor excedente ao mínimo requerido	113.906	175.267	-
Patrimônio Especial (1)	168.920	81.779	83.727

(1) Patrimônio especial Selic das câmaras B3, Câmbio e de compensação e custódia, para atendimento do disposto no Artigo 5º da Lei 10.214, de 27 de março de 2001, e do disposto no Artigo 19º da Circular 3.057 do Bacen, de 31 de agosto de 2001, constituído pela B3 em títulos públicos federais.

- (iv) Caixa da B3 dedicado à Câmara B3: parcela do capital próprio da B3, formal e exclusivamente dedicada à câmara. É utilizado pela Câmara B3 para tratamento de falha na janela de liquidação, assegurando à B3 os recursos necessários para o cumprimento de suas obrigações de pagamento aos membros de compensação credores.

Composição	2020	2019
Títulos Públicos Federais	1.250.596	1.289.566
Valores depositados	1.250.596	1.289.566
Valor requerido da B3	1.200.000	1.200.000
Valor excedente ao mínimo requerido	50.596	89.566

- (v) Garantias IPO/GG3: recursos depositados pelos participantes ou clientes das corretoras para cobertura de Oferta Pública Inicial (Instrução CVM nº 400 e nº 476), utilizados pela Câmara B3 para cobertura das obrigações dos membros de compensação devedores.

Composição	2020	2019
Títulos Públicos Federais	547.843	-
Garantias depositadas em moeda	264	-
Valores depositados	548.107	-
Valor requerido dos participantes	548.107	-
Valor excedente ao mínimo requerido	-	-

15 Benefícios a empregados

Prática contábil

Obrigações de pensão

A B3 mantém um plano de aposentadoria, na modalidade de contribuição definida, com participação voluntária aberta a todos os funcionários. A B3 não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais à sua contribuição como patrocinadora. As contribuições regulares são incluídas nos custos de pessoal do período em que são devidas.

Incentivo com base em instrumentos patrimoniais

A B3 mantém um plano de incentivo de longo prazo. Até 2014 a B3 outorgava opções de compra de ações, no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da B3 - *stock option* (Plano de Opção), e disso decorre um estoque remanescente de opções em aberto ainda não exercidas. A partir de 2015 a B3 passou a conceder ações, no âmbito do Plano de Concessão de Ações da B3 (Plano de Ações). O objetivo é conceder, aos colaboradores da B3 e de suas sociedades controladas, a oportunidade de se tornarem acionistas da B3, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos seus interesses com os interesses dos acionistas, bem como possibilitar à B3 e às suas controladas atrair e manter vinculados a ela administradores e empregados.

O valor justo das opções e das ações concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas).

Na data do balanço, a B3 revisa suas estimativas da quantidade de opções e de ações cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas. A B3 reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido.

No caso de programas de remuneração com base em ações liquidáveis em dinheiro, o valor justo a pagar aos executivos é reconhecido como despesa com o correspondente aumento no passivo, pelo período em que os executivos adquirem o direito ao pagamento. O passivo é mensurado novamente a cada data de balanço e na data de liquidação. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas como despesa de pessoal na demonstração do resultado.

Participação nos lucros e resultados

A B3 possui remuneração variável anual, constituída e paga em dinheiro por meio do Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR). O programa define valores alvo em função dos indicadores de desempenho individuais, os quais consideram fatores próprios de cada função (nível de cargo), resultados da área e do desempenho global da B3. A provisão que contempla o programa de participação dos empregados nos resultados é contabilizada conforme o regime de competência.

a. Stock Grant – Incentivo de longo prazo

A B3 reconheceu despesas relativas às outorgas do Plano de Ações em contrapartida da reserva de capital no patrimônio líquido, com base no valor justo da ação na data de concessão dos planos, e os

encargos em despesa com pessoal calculados com base no valor justo da ação na data-base de 31 de dezembro de 2020, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Descrição	B3		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Resultado relativo às outorgas	(75.079)	(80.031)	(78.178)	(83.850)
Despesa com encargos	(103.461)	(100.583)	(106.840)	(102.552)
Resultado do instrumento de <i>hedge</i> - encargos	49.154	35.141	49.154	35.141
Total	(129.386)	(145.473)	(135.864)	(151.261)

A B3 registra as despesas em relação às ações do Programa de *Stock Grant* que foram concedidas em substituição às opções “não-vested” do Plano de Opções de Compra de Ações, pelo mesmo valor justo das opções anteriormente outorgadas, em conformidade com o CPC 10 (R1)/IFRS 2.

Efeitos decorrentes de transferência de ações

Em 31 de dezembro de 2020, o custo das ações transferidas relativas às outorgas do Plano de Ações foi de R\$78.172 (R\$44.125 em 31 de dezembro de 2019).

Modelos de precificação

Para as ações concedidas no âmbito do Plano de Ações, o valor justo corresponde ao preço de fechamento da ação na data de concessão.

No caso de programas de remuneração com base em ações liquidáveis em dinheiro, o valor justo a pagar aos executivos é reconhecido como despesa com o correspondente aumento no passivo, pelo período em que os executivos adquirem o direito ao recebimento. O passivo é mensurado novamente a cada data de balanço e na data de liquidação. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas como despesas de pessoal no resultado.

Stock Grant – Quadro resumo/Movimentação

Data de conversão / outorga	Data da carência (*)	Quantidade de lotes em aberto	Valor justo na data da outorga (R\$ por ação)	Quantidade de ações em 31/12/2019	Movimentação do período			Quantidade de ações em 31/12/2020	Percentual de diluição (1)
					Novas outorgas	Realizadas	Canceladas		
08/01/2016	Jan/2020	1	10,52	520.044	-	(517.193)	(2.851)	-	0,00%
06/01/2017	Jan/2020 e Jan/2021	1	17,05	934.670	-	(586.166)	(14.634)	333.870	0,02%
29/03/2017	Mar/2020 e Mar/2021	1	19,35	604.651	-	(302.325)	-	302.326	0,01%
29/03/2017	Jan/2020 e Jan/2021	1	19,35	1.436.950	-	(718.475)	-	718.475	0,04%
13/11/2017	Nov/2020 e Nov/2021	1	22,70	235.208	-	(105.106)	(32.321)	97.781	0,00%
08/01/2018	Jan/2020 até Jan/2022	2	23,90	1.708.493	-	(729.958)	(23.577)	954.958	0,05%
08/01/2018	Abr/2021	1	23,90	172.690	-	-	(24.670)	148.020	0,01%
08/01/2019	Jan/2020 até Jan/2023	4	27,88	2.613.160	-	(705.879)	(52.860)	1.854.421	0,09%
08/01/2019	Abr/2021	1	27,88	159.408	-	-	-	159.408	0,01%
08/01/2020	Jan/2021 até Jan/2024	4	44,67	-	1.833.448	(23.882)	(161.472)	1.648.094	0,08%
08/01/2020	Abr/2022	1	44,67	-	51.493	-	-	51.493	0,00%
30/04/2020	Abr/2023	1	33,90	-	58.016	-	-	58.016	0,00%
				8.385.274	1.942.957	(3.688.984)	(312.385)	6.326.862	0,31%

(*) As ações em aberto para planos já vencidos ainda serão transferidas.

(1) A quantidade de ações em circulação em 31 de dezembro de 2020 é de 2.034.175.662.

b. Previdência complementar

Em decorrência da incorporação da CETIP, a B3 passou a ser patrocinadora de dois planos de previdência privada (Plano B3 (anteriormente denominado Plano BM&FBOVESPA) administrado pela Mercaprev e Plano CETIP administrado pelo Itaú Fundo Multipatrocinado (IFM)), estruturados na modalidade de contribuição definida, sendo as adesões de novos participantes realizadas apenas no plano B3. A partir de 2 de janeiro de 2020, houve a transferência de gerenciamento do Plano B3 para o IFM. Dessa forma, os dois planos mantidos pela B3 passaram a ser administrados pelo IFM.

16 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Prática contábil

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos da B3, BLK, Portal e do Banco B3 são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% (Com o fim dos efeitos da IN nº 1925 de 19 de fevereiro de 2020, a alíquota passou a ser de 20% a partir de 1º de março de 2020, para o Banco B3) sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social correntes da CETIP Info são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável pelo regime presumido excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido para contribuição social sobre o lucro líquido.

A BVRJ e CED são entidades isentas para o imposto de renda e contribuição social.

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos - Movimentação

Os saldos e as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos apresentam-se como segue:

B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



				B3
Descrição	2019	(Débito)crédito na demonstração do resultado	(Débito)crédito no resultado abrangente	2020
Ativo diferido				
Contingências tributárias, cíveis e trabalhistas (1)	299.678	(124.170)	-	175.508
Constituição sobre prejuízo fiscal e base negativa	677.751	(254.931)	-	422.820
Hedge de valor justo - Derivativos	150.380	(150.380)	-	-
Programa de <i>Stock Grant</i> - Incentivo de longo prazo	89.365	4.352	-	93.717
Participação nos lucros e resultados	53.055	(404)	-	52.651
Redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	2.965	27.332	-	30.297
Amortização / Depreciação mais-valia	46.815	(5.450)	-	41.365
Receitas a apropriar	35.747	2.782	-	38.529
Variação cambial	113.391	178.200	-	291.591
Outras diferenças temporárias	95.684	(3.182)	(1.310)	91.192
Total do ativo diferido	1.564.831	(325.851)	(1.310)	1.237.670
Passivo diferido				
Amortização fiscal do ágio (2)	(5.104.365)	(478.511)	-	(5.582.876)
Marcação a mercado - Instrumentos financeiros	(153.999)	93.353	8.605	(52.041)
Outras diferenças temporárias	(87.856)	(28.416)	(20.056)	(136.328)
Total do passivo diferido	(5.346.220)	(413.574)	(11.451)	(5.771.245)
Diferido líquido	(3.781.389)	(739.425)	(12.761)	(4.533.575)

				Consolidado
Descrição	2019	(Débito)crédito na demonstração do resultado	(Débito)crédito no resultado abrangente	Aquisição de controlada
Ativo diferido				
Contingências tributárias, cíveis e trabalhistas (1)	299.817	(124.130)	-	-
Constituição sobre prejuízo fiscal e base negativa	680.964	(248.639)	-	-
Hedge de valor justo - Derivativos	150.380	(150.380)	-	-
Programa de <i>Stock Grant</i> - Incentivo de longo prazo	91.634	5.713	-	-
Participação nos lucros e resultados	53.775	(34)	-	-
Redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	2.965	27.331	-	-
Amortização / Depreciação mais-valia	46.815	(5.450)	-	-
Receitas a apropriar	35.747	2.782	-	-
Variação cambial	113.397	178.211	-	-
Outras diferenças temporárias	95.894	(3.103)	(1.310)	-
Total do ativo diferido	1.571.388	(317.699)	(1.310)	-
Passivo diferido				
Amortização fiscal do ágio (2)	(5.104.365)	(478.511)	-	-
Marcação a mercado - Instrumentos financeiros	(154.008)	93.353	8.894	-
Outras diferenças temporárias	(101.403)	(28.427)	(20.056)	2.810
Total do passivo diferido	(5.359.776)	(413.585)	(11.162)	2.810
Diferido líquido	(3.788.388)	(731.284)	(12.472)	2.810

(1) A movimentação refere-se majoritariamente a reversão do imposto de renda e da contribuição social diferidos referente ao processo que teve acordo firmado para encerramento no exercício (Nota 11(e)).

(2) Passivo diferido de imposto de renda e contribuição social decorrente da diferença temporária entre a base fiscal do ágio e seu valor contábil no balanço patrimonial, tendo em vista que o ágio continua a ser amortizado para fins fiscais, mas deixou de ser amortizado a partir de 1º de janeiro de 2009 nos registros contábeis,

resultando em uma base fiscal menor que o valor contábil do ágio. Essa diferença temporária poderá resultar em valores a serem adicionados no cálculo do resultado tributável de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo for reduzido ou liquidado, fazendo com que seja necessária a constituição de uma obrigação fiscal diferida.

b. Período estimado de realização

Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses créditos, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A estimativa de realização dos créditos tributários e da provisão para impostos e contribuições diferidos existentes em 31 de dezembro de 2020 está descrita abaixo.

	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal e base negativa	Total	Provisão para impostos e contribuições diferidos	Total diferidos líquidos
2021	203.864	320.805	524.669	(1.841)	522.828
2022	40.475	111.520	151.995	(1.820)	150.175
2023	326.641	-	326.641	(1.814)	324.827
2024	30.686	-	30.686	(907)	29.779
2025	560	-	560	-	560
Acima de 2027	217.828	-	217.828	(192.455)	25.373
Ágio (1)	-	-	-	(5.582.876)	(5.582.876)
Total	820.054	432.325	1.252.379	(5.781.713)	(4.529.334)

- (1) O passivo fiscal diferido decorrente do ágio será realizado quando a diferença entre a base fiscal do ágio e seu valor contábil for revertida, total ou parcialmente por redução do valor contábil do ativo, alienação ou em decorrência de provisionamento em razão de processos fiscais. Atualmente, a B3 possui processos classificados com risco possível, nos quais se discute a amortização, para fins fiscais, do ágio gerado quando da incorporação de ações da Bovespa Holding S.A. em maio de 2008 (Nota 11(f)).

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe correlação imediata entre o lucro líquido da B3 e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da B3.

Para fins fiscais, o saldo do ágio dedutível na apuração do imposto de renda e contribuição social na data-base 31 de dezembro de 2020 é de R\$2.111.077 (R\$3.518.462 em 31 de dezembro de 2019).

c. Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados nos resultados da B3 e no consolidado apresentam a conciliação a seguir em seus valores à alíquota nominal.

Descrição	B3		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro	5.488.375	3.315.729	5.515.850	3.339.046
Imposto de renda e contribuição social antes das adições e exclusões, calculados à taxa nominal de 34%	(1.866.048)	(1.127.348)	(1.875.389)	(1.135.276)
Ajustes:	529.977	525.785	510.254	509.434
Dividendos e juros sobre o capital próprio	412.181	535.625	412.181	537.825
Varição cambial sobre investimento no exterior	136.964	17.840	136.964	17.840
Efeito de tributação sobre lucro no exterior	12.625	9.707	12.625	9.707
Equivalência patrimonial	12.329	16.260	804	1.070
Outras adições e exclusões	(44.122)	(53.647)	(52.320)	(57.008)
Imposto de renda e contribuição social	(1.336.071)	(601.563)	(1.365.135)	(625.842)
Alíquota efetiva	24,34%	18,14%	24,75%	18,74%

d. Tributos a compensar e recuperar

Os tributos a compensar e recuperar estão demonstrados abaixo.

Descrição	B3		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a compensar	628.553	258.143	632.429	260.751
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	234.680	87.389	235.191	88.253
Créditos de Pis e Cofins	51.109	37.896	53.656	39.491
Créditos de outros tributos	80.435	81.291	89.020	92.982
Total	994.777	464.719	1.010.296	481.477

17 Receitas e tributos sobre receitas**Prática contábil****Receitas**

As receitas são reconhecidas em conformidade com o IFRS15/CPC 47 – Receita de Contrato que estabelece um modelo de cinco etapas aplicáveis sobre a receita de um contrato com o Cliente e que tem por finalidade evidenciar se foram ou não, satisfeitos os critérios para o registro das receitas, portando, a B3 reconhece a receita quando: (i) identifica o contrato com o cliente; (ii) identifica as diferentes obrigações de desempenho contratadas; (iii) determina o preço da transação; (iv) aloca o preço da transação às obrigações do contrato; e (v) satisfaz as obrigações de desempenho estabelecidas no contrato.

As receitas compreendem o valor que reflete a expectativa de caixa em decorrência da prestação de serviços no curso normal das atividades da B3. As receitas de prestação de serviços e as originadas dos sistemas de negociação e liquidação, de registro de ativos, derivativos e contratos de financiamento (SC - Sistema de Contratos) são reconhecidas no momento da realização das transações, de acordo com a competência. Os valores recebidos a título de anuidades, caso da listagem de valores mobiliários, e de alguns contratos de comercialização de informações sobre o mercado, e das receitas de inserção de restrições financeiras (SNG - Sistema Nacional de Gravames), de ativos em permanência e utilização mensal, são reconhecidos proporcional e mensalmente no resultado em relação ao período do atendimento da obrigação de desempenho contratada.

Tributos sobre as receitas

Os tributos incidentes sobre emolumentos de pregão, compensação e liquidação de transações e outros serviços, foram calculados às alíquotas de 1,65% para o PIS e de 7,60% para a Cofins, exceto pelo segmento de infraestrutura para financiamento e serviços de consultoria, licenciamento e suporte técnico que são calculados às alíquotas de 0,65% para o PIS e de 3% para a Cofins.

O Portal de Documentos calcula as contribuições às alíquotas de 1,65% para o PIS e de 7,60% para a Cofins, exceto pelas atividades sujeitas ao regime cumulativo que são calculadas às alíquotas de 0,65% para o PIS e de 3% para a Cofins.

O Banco B3 calcula as contribuições de PIS e Cofins às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente.

A BLK calcula as contribuições de PIS e Cofins às alíquotas de 0,65% e 4% para serviços, e para receita financeira e demais serviços são calculados às alíquotas de 0,65% para o PIS e de 3% para a Cofins.

A CETIP Info calcula as contribuições de PIS e Cofins às alíquotas de 0,65% e 3%, respectivamente.

A BVRJ e CED calculam a contribuição de Cofins para receita financeira e demais receitas às alíquotas de 4% e 7,6%, respectivamente.

A B3 e suas controladas sofrem incidência de ISS sobre a prestação de serviços, às alíquotas de 2% a 5%, dependendo da natureza do serviço prestado.

B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A receita líquida apresenta a seguinte composição:

Descrição	B3		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita Bruta	9.158.419	6.446.999	9.327.395	6.576.507
Segmento Listado	6.442.025	4.266.385	6.441.965	4.266.356
Ações e instrumentos de renda variável	4.325.872	2.752.336	4.325.872	2.752.336
Negociação e pós-negociação	3.811.188	2.345.379	3.811.188	2.345.379
Depositária de renda variável	186.285	141.731	186.285	141.731
Empréstimo de ações	192.509	151.946	192.509	151.946
Soluções para emissores	135.890	113.280	135.890	113.280
Juros, moedas e mercadorias	2.116.153	1.514.049	2.116.093	1.514.020
Negociação e pós-negociação	2.116.153	1.514.049	2.116.093	1.514.020
Segmento Balcão	1.047.028	991.010	1.047.028	991.010
Instrumentos de renda fixa	634.924	634.144	634.924	634.144
Derivativos	252.428	191.874	252.428	191.874
Outros	159.676	164.992	159.676	164.992
Segmento Infraestrutura para financiamento	328.728	503.084	425.120	566.378
Segmento Tecnologia, Dados e Serviços	1.063.355	683.677	1.134.224	749.439
Tecnologia e acesso	724.364	439.742	741.492	448.384
Dados e <i>analytics</i>	231.459	173.749	237.678	178.179
Banco	-	-	51.875	45.926
Outros	107.532	70.186	103.179	76.950
Reversão de provisão (1)	277.283	2.843	279.058	3.324
Deduções	(931.317)	(660.447)	(944.820)	(668.751)
PIS e Cofins	(782.955)	(552.425)	(791.833)	(558.005)
Impostos sobre serviços	(148.362)	(108.022)	(152.987)	(110.746)
Receita líquida	8.227.102	5.786.552	8.382.575	5.907.756

(1) Referem-se substancialmente a reversão de provisões cíveis, conforme descrito na Nota 11(e).

18 Despesas diversas

Descrição	B3		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Provisões diversas (1)	(116.921)	(161.180)	(118.461)	(162.033)
Contribuições e donativos	(27.779)	(19.198)	(27.936)	(19.417)
Energia elétrica, água e esgoto	(15.173)	(17.627)	(15.422)	(17.890)
Baixa de imobilizado e intangível	(14.567)	(408)	(14.567)	(408)
Comunicações	(2.700)	(2.582)	(4.306)	(3.327)
Viagens	(1.199)	(6.788)	(1.355)	(7.317)
Outras	(21.416)	(18.280)	(19.946)	(17.060)
Total	(199.755)	(226.063)	(201.993)	(227.452)

(1) Referem-se substancialmente a provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e provisão para honorários advocatícios de sucesso (Nota 11(e)). Uma parcela relevante das provisões cíveis possui como componente a variação do valor das ações de emissão da B3.

19 Resultado financeiro

Descrição	B3		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras				
Receita de ativos financeiros mensurados ao valor justo	298.945	513.080	311.375	521.590
Instrumento de <i>hedge</i>	31.313	-	31.313	-
Dividendos sobre as ações no exterior	18.433	16.584	18.433	16.584
Outras receitas financeiras	28.794	39.828	29.141	40.295
(-)PIS e Cofins sobre as receitas financeiras	(17.063)	(25.927)	(17.150)	(26.063)
	360.422	543.565	373.112	552.406
Despesas financeiras				
Juros da dívida no exterior	(116.917)	(152.796)	(116.917)	(152.796)
Instrumento de <i>hedge</i>	-	(52.590)	-	(52.590)
Juros sobre captação - Debêntures	(85.194)	(134.939)	(85.194)	(134.939)
Juros sobre captação - Empréstimos e Financiamentos	(128.147)	(81.609)	(57.270)	(27.813)
Outras despesas financeiras	(37.369)	(51.817)	(43.104)	(54.486)
	(367.627)	(473.751)	(302.485)	(422.624)
Variações cambiais líquidas	(547.807)	(73.147)	(157.186)	(22.877)
Resultado financeiro	(555.012)	(3.333)	(86.559)	106.905

20 Informações sobre segmentos de negócios

Prática contábil

Os segmentos operacionais estão apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva, onde se concentra a tomada das principais decisões operacionais da B3 e responsável por implementar as estratégias definidas pelo Conselho de Administração.

Apresentamos as informações consolidadas com base nos relatórios utilizados para tomadas de decisões da Diretoria Estatutária, sendo os segmentos divididos em Listado, Balcão, Infraestrutura para Financiamento e Tecnologia, Dados e Serviços. Devido à natureza das operações, a Diretoria Estatutária não utiliza de informações sobre ativos e passivos por segmento para a tomada de decisões.

						2020
						Consolidado
Descrição	Segmento Listado	Segmento Balcão	Segmento Infraestrutura para Financiamento	Segmento Tecnologia, Dados e Serviços	Reversão de provisão	Total
Receita líquida	5.750.782	934.262	357.569	1.060.904	279.058	8.382.575
Despesas operacionais antes da depreciação	(723.672)	(269.527)	(202.428)	(465.218)	-	(1.660.845)
	5.027.110	664.735	155.141	595.686	279.058	6.721.730
Depreciação e amortização						(1.041.301)
Redução ao valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)						(80.385)
Resultado de equivalência patrimonial						2.365
Resultado financeiro						(86.559)
Imposto de renda e contribuição social						(1.365.135)
Lucro líquido do período						4.150.715

						2019
						Consolidado
Descrição	Segmento Listado	Segmento Balcão	Segmento Infraestrutura para Financiamento	Segmento Tecnologia, Dados e Serviços	Reversão de provisão	Total
Receita líquida	3.819.487	875.563	460.234	749.148	3.324	5.907.756
Despesas operacionais antes da depreciação	(723.861)	(225.356)	(331.044)	(368.254)	-	(1.648.515)
	3.095.626	650.207	129.190	380.894	3.324	4.259.241
Depreciação e amortização						(1.030.250)
Resultado de equivalência patrimonial						3.150
Resultado financeiro						106.905
Imposto de renda e contribuição social						(625.842)
Lucro líquido do período						2.713.204

21 Outras informações

- a. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de obrigações salariais e encargos sociais no consolidado refere-se principalmente à participação nos lucros e resultados (PLR) - R\$175.546 (R\$176.237 em 31 de dezembro de 2019); programas de incentivo a longo prazo liquidados em dinheiro (*matching*) - R\$7.984 (R\$12.251 em 31 de dezembro de 2019); encargos sobre programas de incentivo de longo prazo - R\$141.896 (R\$123.893 em 31 de dezembro de 2019); e férias - R\$73.484 (R\$58.131 em 31 de dezembro de 2019).
- b. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de impostos e contribuições a recolher no consolidado refere-se principalmente aos impostos e contribuições federais - R\$687.280 (R\$235.948 em 31 de dezembro de 2019) e impostos e contribuições retidos na fonte a recolher R\$60.985 (R\$67.393 em 31 de dezembro de 2019).
- c. O saldo de proventos e direitos sobre títulos em custódia refere-se aos dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos de companhias abertas a serem repassados aos agentes de custódia e por estes a seus clientes, detentores da titularidade das ações dessas companhias abertas. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo foi de R\$75.597 (R\$69.897 em 31 de dezembro de 2019).
- d. A B3 busca no mercado apoio de consultores de seguros para estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Em 31 de dezembro de 2020, as principais coberturas contratadas apresentam os montantes de limite máximo de indenização a seguir indicados, conforme apólices de seguros.

Ramo da Apólice	Limite máximo de indenização
Valores em risco, danos materiais, prédios e equipamentos	223.810
Responsabilidade civil	415.000
Garantia (1)	5.217.157
Obras de arte	1.823
Total	5.857.790

- (1) Refere-se à prestação de garantia com o objetivo de obter a suspensão da exigibilidade de débito fiscal (Nota 11(f)).

22 Eventos subsequentes

- a. A B3 recomprou 3.094.700 ações entre 1º de janeiro e 1º de fevereiro de 2021, respeitando o período de vedação à negociação conforme determina a Instrução CVM 358, no programa de recompra de ações aprovado pelo Conselho de Administração em 5 de março de 2020. (Nota 12(b)).
- b. Em reunião realizada em 4 de março de 2021, o Conselho de Administração aprovou as seguintes matérias:
- Distribuição de dividendos adicionais relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$798.514, e dividendos extraordinários a conta de lucros acumulados e reserva de lucros no montante de R\$1.189.698.
 - Cancelamento de 17.138.490 de ações de emissão da B3 mantidas em tesouraria, as quais foram adquiridas no âmbito dos programas de recompra de ações.
 - Programa de Recompra de Ações da B3, com início em 5 de março de 2021 e término em 28 de fevereiro de 2022. O limite de ações que poderá ser adquirido pela B3 é de 27,6 milhões de ações ordinárias, que representam aproximadamente 1,4% do total de ações em circulação.

* * *

Composição do Conselho de Administração

Antonio Carlos Quintella	Presidente (Conselheiro Independente Não Vinculado)
Ana Carla Abrão Costa	Vice-presidente (Conselheira Independente Não Vinculada)
Claudia Farkouh Prado	Conselheira Independente Não Vinculada
Edgar da Silva Ramos	Conselheiro Independente Não Vinculado
Eduardo Mazzilli de Vassimon	Conselheiro Independente
Florian Bartunek	Conselheiro Independente Não Vinculado
Guilherme Affonso Ferreira	Conselheiro Independente Não Vinculado
José de Menezes Berenguer Neto	Conselheiro Independente
José Lucas Ferreira de Melo	Conselheiro Independente Não Vinculado
José Roberto de Machado Filho	Conselheiro Independente
Maurício Machado de Minas	Conselheiro Independente

Composição do Conselho Fiscal

Angela Aparecida Seixas	Membro Efetivo
Guy Andrade	Membro Efetivo
Maurício de Souza	Membro Efetivo
André Coji	Membro Suplente
Gilberto Lourenço da Aparecida	Membro Suplente
Paulo Roberto Simões da Cunha	Membro Suplente

Composição da Diretoria Colegiada

Gilson Finkelsztain	Presidente
Cícero Augusto Vieira Neto	Vice-Presidente de Operações, Clearing e Depositária
Daniel Sonder	Vice-Presidente Financeiro, Corporativo e de Relações com Investidores
José Ribeiro de Andrade	Vice-Presidente de Produtos e Clientes
Rodrigo Antonio Nardoni Gonçalves	Vice-Presidente de Tecnologia e Segurança da Informação
Marcos Vanderlei Belini Ferreira	Diretor Executivo da Unidade de Financiamentos

Comitê de Auditoria

José Lucas Ferreira de Melo	Coordenador e Especialista Financeiro
Alvir Alberto Hoffmann	Membro Externo
Rogério Paulo Calderón Peres	Membro Externo
Luciana Pires Dias	Membro Externo

Comitê de Governança e Indicação

Antonio Carlos Quintella	Coordenador
José de Menezes Berenguer Neto	Conselheiro
Guilherme Affonso Ferreira	Conselheiro independente
Claudia Farkouh Prado	Conselheira independente

Comitê de Produtos e de Precificação

Edgar da Silva Ramos	Coordenador
Ana Carla Abrão Costa	Conselheira Independente
Christian George Egan	Membro Externo
Mário Torós	Membro Externo
Renato Monteiro dos Santos	Membro Externo
Bernardo Zerbin	Membro Externo
Roberto de Jesus Paris	Membro Externo
Luiz Fernando Figueiredo	Membro Externo
Luiz Masagão Ribeiro Filho	Membro Externo

Comitê de Pessoas e Remuneração

Antonio Carlos Quintella	Coordenador
Claudia Farkouh Prado	Conselheira Independente
Florian Bartunek	Conselheiro Independente
Guilherme Affonso Fereira	Conselheiro Independente

Comitê de Riscos e Financeiro

Eduardo Mazzilli de Vassimon	Coordenador
Antonio Carlos Quintella	Conselheiro Independente
José Lucas Ferreira de Melo	Conselheiro Independente
José Roberto Machado Filho	Conselheiro Independente
Mauricio Machado de Minas	Conselheiro Independente

Contador

João Paulo Gonzaga Pereira
CRC 1SP 248648/O-7